



DIAGNÓSTICO DE GESTÃO DO PROJETO ARENA DA CULTURA.

O Projeto Arena da Cultura surge em 1998 para descentralizar o acesso a políticas públicas de cultura, dando oportunidade à população de todas as regiões da cidade para apreciar e/ou produzir a arte com qualidade, tornando-a sujeito do fazer cultural, o que deve ser a principal meta de uma política cultural.

Jose Arlindo Nunes
18/1/2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS
FACULDADE DE FILOSOFIA DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA
CENTRO DE PESQUISA E CAPACITAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS

**DIAGNÓSTICO DE GESTÃO DO PROJETO ARENA DA
CULTURA.**

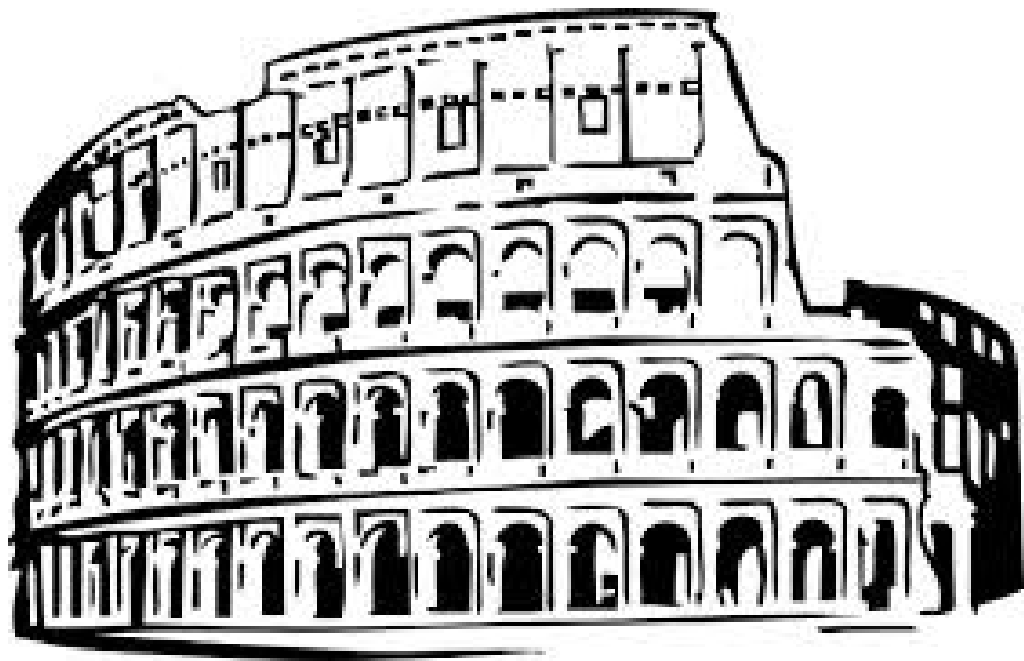
Elaboração, Avaliação e Gestão de Projetos Sociais

**Monografia Final de Especialização em Elaboração, Avaliação e Gestão de
Projetos Sociais em Área Urbana.**

José Arlindo Nunes

Belo Horizonte

2010



Coliseu Romano

José Arlindo Nunes

**DIAGNÓSTICO DE GESTÃO DO PROJETO ARENA DA
CULTURA**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação *lato sensu* da Universidade Federal de Minas como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Elaboração, Avaliação e Gestão de Projetos Sociais em Área Urbana.

Orientadora: Profª. Danielle Cireno Fernande.

Belo Horizonte – MG

2010



Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia e Antropologia
Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha
31.270-901 - Belo Horizonte - MG

**ESPECIALIZAÇÃO EM ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE
PROJETOS SOCIAIS EM ÁREAS URBANAS**

ATA DE APROVAÇÃO DE TRABALHO FINAL

Atesto para fins de registro e documentação do Curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, que José Arlindo Nunes obteve aprovação de seu trabalho monográfico intitulado **"Diagnóstico de Gestão do Projeto Arena da Cultura"**.

Este trabalho foi aprovado com a nota 90 (noventa), conceito: excelente, e o aluno tendo cumprido com êxito seus créditos, encontra-se apta a receber o título de Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2010


Profª. Dra. Danielle Cireno Fernandes

Orientadora

Coordenadora do Curso de Especialização em Elaboração,
Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em
Áreas Urbanas

Dedico este trabalho a Coramar Carneiro
Silva e Ian Carneiro Nunes.

AGRADECIMENTOS

Meus Pais: ALCINO ARLINDO NUNES e SEBASTIANA FLAUZINA NUNES pelo carinho e compreensão, irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas pela convivência.

Elza Carneiro Silva pelo exemplo de vida.

**“A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer.”**

(Arnaldo Antunes, Sérgio Brito e Marcelo Fromer).

**“O valor das coisas não está no tempo em que
elas duram, mas na intensidade com que acontecem.
Por isso existem momentos inesquecíveis,
coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”.**

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Esse estudo visa diagnosticar o Projeto Arena da Cultura, projeto cultural da Prefeitura de Belo Horizonte, responsável por promover a democratização do acesso e da produção de bens culturais nessa cidade... Tem como objetivo também iniciar a proposição de ações ou estratégias para melhorar a gestão do mesmo.

O Projeto Arena da Cultura comemorou em 2008 dez anos. Neste período, o Projeto buscou estimular a participação da sociedade civil na formulação, discussão e decisão da política cultural do município. Tem como um de seus objetivos, promover o acesso aos bens e serviços culturais através de ações descentralizadas, permitindo a inclusão da população de Belo Horizonte.

A Secretaria Municipal de Cultura, criada em 1988, estabeleceu como princípios básicos a descentralização e a democratização. Para concretizar ações propostas por essa secretaria foi criado um conjunto de ações como: parcerias com Secretarias de Administrações Regionais, criação de programas com ações descentralizadas como o projeto Arena da Cultura. Estruturado com ênfase na Formação e Capacitação, através de oficinas nas áreas de música, dança, artes plásticas e teatro. A difusão se efetiva pela Mostra do projeto Arena e Circuitos Culturais realizados em espaços abertos com livre acesso à sociedade civil.

Os principais problemas desse projeto são: a sua descontinuidade, ausência de um marco legal, insuficiência e falta de divulgação de registros sistemáticos de informações que não “dialogam” entre si. Essas são algumas dificuldades para a gestão do projeto.

Assim faz-se necessária uma avaliação mais aprofundada do mesmo para que se construam propostas ou estratégias para melhorá-lo e garantir sua continuidade. Dentre elas, devem estar ações compartilhadas com outras instituições, como: Secretaria de Educação e outras, Ong's, empresas públicas ou privadas, para que a gestão do projeto seja constantemente renovada, fortalecida, principalmente no que se refere à gestão de recursos financeiros e à implementação de ações intersetoriais.

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	14
2 – Apresentação do projeto Arena da Cultura.....	16
2.1 – a linha de difusão cultural.....	16
2.2 – a linha de Formação.....	17
2.3 – Objetivos Principais.....	19
2.4 – Rede de Pontos de Cultura.....	20
2.5 – Arena da Cultura e o Grafite.....	22
3 – A relevância do Tema.....	24
4 – Quadro referencial teórico.....	25
4.1 – Institucionalidade: Projeto e/ ou Programa de estado X projeto de governo.....	25
4.2 – Gestão compartilhada.....	26
4.3 – Intersetorialidade.....	28
4.4 – Fofa (Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaça).....	29
5 – Metodologia.....	30
6 – Diagnóstico do Projeto Arena da Cultura.....	31
6.1 - análise SWOT - FOFA.....	31
6.2 – Outras reflexões sobre o Projeto Arena.....	35
6.2.1 – Outros avanços do Projeto.....	35
6.2.2 – Da Participação Popular.....	35
6.2.3 – Da Avaliação e Sistematização no Projeto Arena e do Projeto.....	37
6.2.4 - Dos recursos e infra-estrutura.....	38
7 – RESULTADOS.....	39
7.1 – REcursos Financeiros - Como ampliar parcerias Institucionais.....	41
7.2 – Posicionamento de Belo Horizonte no Plano Nacional - orçamento em %.....	42
7.3 - Posicionamento de Belo Horizonte no Plano Nacional - orçamento per capita.....	44
7.4 – Indicadores Culturais.....	45
7.5 – Descontinuidade.....	46
8 – propostas para o projeto arena.....	48
8.1 - Fortalecer a política de democratização, descentralização e intersetorialidade.....	48
8.1.1- Democratização.....	49
8.1.2 – Descentralização.....	49
8.1.3 – Intersetorialidade e Gestão Compartilhada.....	51
8.2 – Institucionalização de gestão da cultura.....	54
8.2.1 – Criação de Indicadores Culturais.....	56
8.2.2 – Criação de Escola de Arte.....	56
8.3 – De Projeto para Programa Arena da Cultura.....	57
8.3.1 – Conceituando projeto e programa.....	57
8.3.2 – Refletindo sobre algumas questões.....	58
9 – Considerações finais e conclusão.....	59
Referências bibliográficas.....	65
Anexos.....	67

1 – INTRODUÇÃO

O tema desta monografia é “Diagnóstico de Gestão do Projeto Arena da Cultura” da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, implementado a partir de 1998.

O objetivo é diagnosticar o modelo de gestão deste projeto, analisando os últimos anos de execução do projeto.

O objetivo geral é elaborar questões e proposta(s) para melhoria da Gestão do Projeto Arena da Cultura na implementação de oficinas, execução orçamentária, participação popular, continuidade do projeto e ações compartilhadas.

O problema analisado é: como avaliar e melhorar a Gestão do Projeto Arena da Cultura?

De acordo com pesquisa encomendada pelo Ministério da Cultura ao IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em 2007 mostra que: apenas 13% dos brasileiros freqüentam o cinema ao menos uma vez por ano, 93,4% jamais foi a uma exposição de arte e 78% nunca assistiu a um espetáculo de dança. Isto demonstra o tamanho da responsabilidade que gestores da política cultural têm com esse país.

O Projeto Arena da Cultura nasceu com o objetivo de democratizar o acesso e a produção cultural, uma de suas estratégias é a descentralização, a participação popular e a integração com outras instituições. Ele inova no sentido de planejar e organizar ações permanentes para a cidade, tendo como principal diretriz a participação dos segmentos envolvidos em todas as etapas do projeto. Apesar de alguns percalços, ele continua sendo um dos principais projetos de inclusão cultural da Fundação Municipal de Cultura. Entretanto, este projeto sofre interrupções, pois não há garantias institucionais para sua continuidade.

A política pública de cultura exige um aparato institucional diversificado, profissionais qualificados, recursos financeiros específicos para área da cultura. A Prefeitura de Belo Horizonte, através da Fundação Municipal de Cultura está se estruturando para implementar com qualidade programas e projetos executados por ela,

e assim reconstruindo sua política cultural.

Esta foi uma das razões para que eu escolhesse este tema e este projeto sócio-cultural como objeto de estudo, pois gostaria de colaborar para a inclusão dos belorizontinos num universo cultural maior, e que assim superemos a estatística acima citada.

Farei uma análise crítica e tecerei algumas proposições, partindo dos dados coletados, da história do Projeto em questão e do contexto atual de Belo Horizonte.

2 – APRESENTAÇÃO DO PROJETO ARENA DA CULTURA¹

A Secretaria Municipal de Cultura até final de dezembro de 2004 e depois a Fundação Municipal de Cultura, instituída em Lei nº 9011 de janeiro de 2005, em parceria com as Administrações Regionais, tem realizado desde 1998, o programa de descentralização cultural, tendo como referência o projeto Arena da Cultura. Este realiza ações extensas nas regionais da capital, englobando as áreas de artes plásticas, artes cênicas e música.

O Projeto Arena da Cultura surge em 1998 para descentralizar o acesso a políticas públicas de cultura, dando oportunidade à população de todas as regiões da cidade para apreciar e/ou produzir a arte com qualidade, tornando-a sujeito do fazer cultural, o que deve ser a principal meta de uma política cultural.

O projeto Arena foi estruturado em quatro linhas de ação: difusão cultural, formação e capacitação, memória e patrimônio e por fim a intervenção sócio-cultural.

2.1 – A LINHA DE DIFUSÃO CULTURAL

Caracteriza-se pela apresentação dos trabalhos produzidos nas oficinas. Os Circuitos Culturais e Mostras são os meios, através dos quais, o projeto disponibiliza para a sociedade, o que foi produzido durante o processo de aprendizagem. Os Circuitos Culturais acontecem nos bairros, em locais abertos de fácil acesso ao público. O objetivo é intercambiar trabalhos artísticos de outras regionais, possibilitar o encontro de alunos das diversas regiões e integrar as linguagens artísticas num processo coletivo.

A linha de Difusão Cultural tem também como objetivos incentivar e estimular a Criação e Formação Artística, promovendo o intercâmbio entre as diversas regiões e fomentando a articulação de diferentes movimentos culturais de Belo Horizonte.

¹ Esta apresentação tem como base o Plano de Ação Quadrienal 2009-2012 do Projeto Arena da Cultura de dezembro de 2008 e no texto: Especial Arena da Cultura publicada na revista Pensar...

A integração entre estas duas linhas visa produzir, nos Circuitos Culturais, uma riqueza de variedade de intervenções urbanas, de novas estruturas musicais e novos paradigmas na elaboração teatrais e de artes plásticas.

A Mostra Arena da Cultura é atividade anual que apresenta os resultados, produtos e processos de trabalho desenvolvidos pelas linhas de Formação e Difusão. Além da continuidade da pesquisa e exploração de arte integrada, a Mostra tem como objetivo possibilitar aos artistas, componentes do Programa, a conquista e ocupação do centro da cidade e uma intensiva exposição ao público e à mídia.

Com esta atuação, o projeto criou as condições iniciais para os interessados tomarem contato com várias formas de atividade artística. E para manter uma interlocução com a população beneficiada, foram criados os Fóruns Regionais do projeto Arena, instância de participação da comunidade que permite uma permanente discussão, avaliação, mudança e desenvolvimento de novas estratégias para o programa.

Para a realização da Mostra Arena da Cultura, a SMC, introduziu, em 2000, pela primeira vez, a *Direção Artística*. Esta iniciativa apontou novos caminhos para o Projeto, ao colocar em contato os artistas e grupos das diversas regiões da cidade com profissionais atuantes no mercado. Evidenciou a necessidade de aproximar esses artistas e grupos de novas linguagens e práticas estéticas.

2.2 – A LINHA DE FORMAÇÃO

Propicia o acesso a um programa de capacitação em diferentes linguagens artísticas para as pessoas das várias regiões da cidade. Pretende-se com isso, contribuir para a qualificação e a profissionalização da produção artística nas diversas regiões, multiplicando as possibilidades de participação e atuação do indivíduo na comunidade.

São oferecidas oficinas de acordo com as demandas discutidas e definidas por representantes da comunidade e FMC, nos fóruns regionais. Nos últimos anos, as áreas mais reivindicadas foram artes cênicas, dança, artes plásticas e música.

Visando atender parte da cidade que não tem acesso e nem recurso para usufruir das políticas públicas de cultura, elas são oferecidas à noite e finais de semana,

privilegiando aqueles que estudam ou trabalham à noite e outros que só teriam como participar em finais de semana. O projeto é dividido em módulos e a duração é de quatro anos. Cada área artística possui um profissional que coordena um grupo de professores e se responsabiliza pelos conteúdos a serem ministrados no projeto.

São realizados também workshops, atividades complementares que permitem a abordagem de temas específicos.

Quando termina cada etapa ou módulo, o grupo constrói uma exposição e/ou um espetáculo que podem ser utilizados como instrumentos de avaliação pelos professores, da metodologia pela coordenação do Projeto Arena da Cultura e também para verificar se os alunos seguirão para o módulo seguinte. Além do processo avaliativo, os espetáculos e exposições serão utilizados com o objetivo de sensibilização na Mostra Cultural. Aberta ao público, este contato com o fazer artístico possibilita que outras pessoas conheçam o Projeto e se interessem a participar dele.

Cabe ressaltar que o Projeto tem como meta iniciar as pessoas no mundo artístico. Isto não quer dizer que necessariamente elas tenham que se tornar “artistas”. Pode ser que, alguns alunos descubram, ao longo do curso, que as ações do projeto não sejam nada daquilo que esperavam. No entanto, democraticamente, o poder público oferece ao cidadão a possibilidade de experimentar, ousar e ser o “vir” a ser ou se encontrar através das artes.

A equipe de profissionais tem buscado a pesquisa e a experimentação de procedimentos pedagógicos que realmente atendam as demandas dos alunos e que estejam conectados com a sua realidade cultural. Busca-se também uma interferência mais eficaz no panorama cultural da cidade, através da inserção da produção resultante das Oficinas nos Circuitos e Mostras, contribuindo para que se revele a riqueza cultural das várias regiões da cidade e o intercâmbio entre elas.

A sensibilização do Projeto Arena da Cultura acontece nos encontros regionais, nas Mostras Culturais, Circuitos Culturais e Conferências. Nos encontros regionais, a população é chamada para conhecer a proposta do Projeto. Na medida em que as dúvidas vão surgindo, a equipe abre discussão e os técnicos avaliam, juntamente com os participantes, alternativas para atingir os objetivos do projeto.

Quadro 1

OFICINAS DO PROJETO ARENA DA CULTURA – CICLOS ²				
	TEATRO	DANÇA	ARTES PLÁSTICAS	MÚSICA
1º	366 horas/aula módulo-1 e 2	126 horas/aula	126 horas/aula	126 horas/aula
2º	1350 horas/aula – módulo 3 e 4.	378 horas/aula	378 horas/aula	324 horas/aula
3º		Não há proposta definida	504 horas/aula	378 horas/aula
Total	2716 horas/aula	504 horas/aula	1008 horas/aula	820 horas/aula

Fonte. PPAG 2010-2013³ - Arena na Cultura – FMC - Mimeografado

O primeiro ciclo corresponde à iniciação, que tem como objetivo desenvolver a sensibilidade do aluno. O segundo ciclo corresponde ao conteúdo prático e teórico com objetivo de preparar os alunos para uma escolha específica no ciclo de especialização. O terceiro ciclo se destina àqueles que cumpriram as etapas anteriores e caminham para especialização. Obs.: As oficinas de teatro dividem-se em dois ciclos com dois módulos cada um, somando uma carga horária de 2716 horas/aula.

2.3 – OBJETIVOS PRINCIPAIS

O Programa Arena da Cultura visa:

² Os ciclos possuem carga horária diferenciada em função das características específicas de cada área.

³ Proposta da Coordenação do Projeto Arena da Cultura para PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental da Fundação Municipal de Cultura – 2010 - 2013

- Promover o acesso da população aos bens e serviços culturais na cidade, por meio de ações descentralizadas.
- Estimular o aparecimento de novos valores e artistas.
- Acolher, estimular e difundir a diversidade de vocações culturais de cada uma das regiões da cidade, promover o intercâmbio entre elas; bem como ampliar a participação da sociedade civil na formulação, discussão e decisão de políticas públicas de cultura.
- Desenvolver o conceito de cidadania por meio da cultura, garantindo às comunidades menos favorecidas o acesso à formação, à capacitação, à produção e difusão de bens culturais.
- Conhecer, apoiar e estimular as manifestações culturais que existem em Belo Horizonte, através da inserção desses grupos e artistas no programa Arena da cultura.

Após três anos da criação do projeto, a continuidade das ações já era assunto debatido nos seminários e fóruns realizados pela cidade. Para construir um processo que permitisse a continuidade, a coordenação do projeto criou em 2001 a *Coordenação de Área Artística* em três linguagens: artes cênicas (dança, poesia, dramaturgia e teatro), artes plásticas e música, com a atribuição de promover a integração entre as linhas de Difusão Cultural e Formação e Capacitação, bem como desenvolver parâmetros de formulação, execução, avaliação e acompanhamento dos trabalhos realizados. As Equipes de Direção Artística, formadas por profissionais das três áreas, foram também constituídas com o papel de orientar e conceber, com os artistas e grupos, os Circuitos Culturais.

2.4 – REDE DE PONTOS DE CULTURA.⁴

⁴ O Lelelê é projeto com parceria entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e Ministério da Cultura na implementação de Pontos de Cultura “com objetivo de promover a inclusão digital da juventude da periferia, por meio dos campos específicos da arte e da comunicação”

O Laboratório de Linguagem Eletrônica – Lelelê surgiu para atender à programação do Festival de Arte Negra – FAN. A Secretaria Municipal de Cultura, na época, investiu no projeto com o objetivo de promover a inclusão digital de jovens da periferia de Belo Horizonte. A estrutura do Núcleo de Formação e Criação Artística foi utilizada como base da realização do FAN e também como piloto para um projeto chamado Incubadora de Artes.

O Ministério da Cultura e Secretaria Municipal de Cultura resolveram que o ideal seria a implantação de Redes de Pontos de Cultura. Portanto, em 2006, coube à Fundação Municipal de Cultura, a criação de 08(oito) Estações Digitais, sendo cinco implantadas em Centros Culturais (Zilah Spósito, Liberalino Alves, São Bernardo, Pampulha e Alto Vera Cruz), duas Ong's. Completando a oitava, o Lelelê. Este, assim como os outros sete pontos, faz parte da Rede Municipal de Pontos de Cultura-FMC, tendo como diretriz o Programa do Governo Federal Mais Cultura.

“As principais atribuições do Lelelê são as coordenações de ações digitais que envolvam processos de formação, qualificação, criação e difusão de projetos da Fundação Municipal de Cultura, apoio à construção de um ambiente digital, articulação, introdução e manutenção das ações em rede dos Programas da FMC; a promoção de parcerias para o desenvolvimento de suas ações”. PPAG - Projeto Arena da Cultura – 2009/2012

O Laboratório de Linguagens Eletrônicas – LELELÊ, a partir do momento em que foi vinculado ao Projeto Arena da Cultura, passou a servir de suporte técnico para as áreas de música, teatro, artes plásticas e dança, além ser ponto de apoio do setor administrativo, instalado no Núcleo de Criação e Formação Artística.

O projeto foi instalado com dois ambientes denominados Laboratório e Estação Digital. Primeiro como piloto em 2008, visando exclusivamente ao desenvolvimento de cursos em design gráfico, qualificação de agentes e produtores culturais. O outro ambiente foi estruturado em duas ilhas de edição: uma destinada ao projeto BH-Cidadania com software de proprietário e outro com software livre destinado à ilha do Lelelê.

Os cursos têm a previsão de dois anos com a carga horária de 1220 horas divididas em quatro ciclos: Curso de Formação em Design Gráfico, Cursos de Qualificação (Qualificação de Monitores de Internet Municipal), Curso de Qualificação de Agentes Culturais da Rede de Pontos de Cultura e Curso de Formação de Agentes e Produtores Culturais.

2.5 – ARENA DA CULTURA E O GRAFITE.

Espalhando pelo mundo e chegando ao Brasil na década de 80, a cultura Hip Hop caiu no gosto de grande parte da juventude belo-horizontina, na sua maioria, moradores de grandes aglomerados de vilas e favelas.

“A cultura hip hop é formada pelos seguintes elementos: O rap, o graffiti e o break. Rap - rhythm and poetry, ou seja, ritmo e poesia, que é a expressão musical-verbal da cultura; Graffiti - que representa a arte plástica, expressa por desenhos coloridos feitos por grafiteiros, nas ruas das cidades espalhadas pelo mundo; Break dance - que representa a dança, O DJ - disc-jockey que representa base música.” www.dancaderua.com.br/historia.htm

O Projeto Arena da Cultura aprofundou o estudo da expressão grafite em função da demanda de alunos, quando da inscrição para seleção. Resolveu criar o Workshop de Grafite. Pode-se dizer que a arte do Grafite é a rua. Ao se vincular o grafite com a pichação, colocam-se seus autores como seres indesejáveis. Porém, a mídia observou que o Hip-Hop tinha mais três elementos, sendo o mais rentável a música. Através dela, a dança, o grafite e Dj começaram a ganhar destaque e hoje é uma marca que rende muitos lucros para artistas, casas de shows, empresários e possuem muitos seguidores espalhados pela cidade.

Ao incorporar o grafite como uma área de formação, o projeto Arena da Cultura, demonstra a vontade de atender pelo menos parte do contingente de jovens que vivem em vilas e favelas. Segundo o Guia Cultural de Vilas e Favelas de Belo Horizonte de 2004 são 498.656⁵ pessoas moradoras em Vilas, favelas e conjuntos habitacionais.

Em 2004 dezoito grafiteiros, participantes do projeto Arena, foram escolhidos pela coordenação da área de artes plásticas para participarem de Workshop de Grafite. O tema das pinturas foi Belo Horizonte. Os trabalhos dos alunos foram excelentes, tanto que algumas das obras foram incorporadas ao acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.

⁵ Fonte: Guia Cultural de Vilas e Favelas de Belo Horizonte, 2004

Belo Horizonte continua cada vez mais sendo marcada pelos pichadores e grafiteiros. Os primeiros agindo de forma “organizada”, demarcando territórios com seus símbolos. Embora os símbolos possam representar “um grito” de uma parte da população que vive à margem de uma cidade legal, causa repulsa em certas pessoas por causa dos locais em que são grafadas as pichações: residências particulares, prédios públicos, monumentos históricos, espaços públicos, etc. Enfim, o que tiver ao alcance dos pichadores e se os locais forem de difícil acesso, são os mais procurados, pois, é motivo de “competição” para comparar quem é mais ousado.

Já os grafiteiros, mais engajados na cultura hip-hop, elaboram seus grafismos dentro de um ambiente de expressão cultural simbólica que, além de um jeito de vestir, de falar, de luta contra as injustiças sociais, têm suas obras consideradas como “arte”. Outro fator importante foi o reconhecimento do movimento Hip-Hop como um fenômeno mundial e o mercado cultural entendeu que ganharia muito mais em divulgar o movimento como arte, a exemplo da música, dança, teatro, artes plásticas.

“Graffiti é uma arte e seu autor um artista, que passará a ter chance de ter até uma remuneração. A pichação é uma agressão ao patrimônio, uma agressão ambiental e como tal punível como crime que pode levar até um ano de prisão”, disse o deputado Geraldo Magela”. Acesso em 5 dezembro 2009 . <http://www.domtotal.com/noticias/detalhes.php?notId=159886>.

A conscientização dos grafiteiros referente à profissionalização foi construída no processo de realização da oficina. Muitos alunos são requisitados para fazer trabalhos em vários lugares, em função do reconhecimento do projeto Arena da Cultura na formação deles.

Movimentos como o realizado em Brasília “100 Muros Mil Cores”, o Primeiro Encontro de Grafiteiros, A I Bienal de Grafite de Belo Horizonte ajudam os entes federados a propor medidas efetivas para institucionalizar a arte de grafitar. Por outro lado, pode ser um fator agregador de valores para juventude da periferia, sendo mais um foco de atuação do Projeto Arena da Cultura. Aponta o caminho para “legalizar” uma prática cultural, e permitir que a sociedade possa estabelecer diferenças entre arte e vandalismos.

Os grafiteiros querem, além de diferenciar a sua arte das simples pichações, o reconhecimento e o apoio ao Projeto de Lei 138/2008, de autoria do presidente da Frente Parlamentar da Cultura, deputado federal Geraldo Magela (PT-DF). O projeto faz a distinção entre as duas formas de manifestação gráfica. Ele regulamenta, entre outras coisas, o grafite como uma manifestação artística que promove a inclusão social e prevê pena de prisão

para o pichador. Acesso em 05 de dezembro 2009.

<http://www.domtotal.com/noticias/detalhes.php?notId=159886>

A I Bienal de Grafite realizada em Belo Horizonte entre 25 de agosto e 07 de setembro de 2008 ampliou o alcance de uma expressão artística já incorporada à cidade e projetou o grafite ainda mais como arte em crescimento. A participação de vários atores sociais discutindo, refletindo o momento do grafite mundial, colocou a cidade como referência nacional, num momento em que o Congresso Nacional começa a discutir a legalidade do movimento, só tem a fortalecer as ações do projeto Arena da Cultura.

3 - A RELEVÂNCIA DO TEMA

Com o advento da nova economia, a economia do conhecimento (computador, internet, celulares, mídia eletrônica), a cultura ocupa um lugar fundamental. A indústria cultural entra definitivamente na cadeia produtiva, como motor capaz de fomentar o desenvolvimento de uma cidade, estado ou país. Se a política cultural do município é tratada com prioridade, já aponta certo direcionamento para as ações a serem desenvolvidas.

O processo de trocas de informações nos últimos cinco anos ganhou uma dimensão enorme. A indústria do conhecimento colocou a informação ao alcance dos dedos. Várias nuvens de dados estão disponíveis para quem quiser alcançar. Mas a crítica da informação só é possível com a amplitude de diversas fontes de informação e de possibilidades de formação ético-moral, psicológica, estética, afetivo-emocional etc.

A partir do momento em que se descobre a arte do olhar além do que é visível, possibilita-se, mesmo em meio à multidão, enxergar um tom verde em uma planta numa rua repleta de carros, prédios, ruídos e imagens. Como a cultura está em tudo, ao analisar um tema como este, é possível refletir como alguns projetos de política cultural atuam na construção de significados para corpo e alma.

O projeto Arena da Cultura visa essa formação mais integral, ou seja, das diversas dimensões do ser humano, não apenas dos alunos, como também dos professores e membros da comunidade. Ele atrai os olhares de várias pessoas. Cada um observa e/ou o avalia pelo lado que julga importante. Os alunos, como oportunidade de ampliar conhecimentos, ter acesso a bens culturais, possibilidade de se “formarem” em determinada área como teatro, música. Os professores olham o projeto como possibilidades de trocas de saberes, de rever as teorias aprendidas nas universidades, de inserir no mercado de trabalho e de descobrir o novo. O poder público olha o projeto como perspectiva de levar a política pública de cultura a todos, como o direito constitucional apregoa. No entanto, não o institucionaliza para garantir sua continuidade, mesmo com a alternância de governos.

Devido a tudo isso, torna-se muito relevante levantar dados e analisá-los para que esse Projeto, que tem tantas potencialidades, seja avaliado com muito critério para que essas sejam valorizadas, para que suas limitações sejam sanadas e que ele se torne de fato um programa institucional, ou seja, um projeto de estado e não de governo.

A relevância de um projeto como este, com a dimensão universalista, com proposta de inclusão, descentralização, produção, difusão e implementação de cultura como direito do cidadão, faz com que ele mereça ser estudado com profundidade. Minha busca é de contribuir com questões e sugestões para que ele se efetive em todas as suas etapas, diretrizes e objetivos, com qualidade e não fique tão vulnerável às mudanças de governo.

4 – QUADRO REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 – INSTITUCIONALIDADE: PROJETO E/ OU PROGRAMA DE ESTADO X PROJETO DE GOVERNO

A política cultural de um município pode ser de Governo ou de Estado. O texto de Bernardo Novais da Mata Machado⁶, intitulado Política Cultural, faz a distinção entre política governamental e política pública de cultura (Estado).

A primeira objetiva a legitimação de governo. O planejamento é de curto prazo. Prioriza os eventos e a implementação das políticas públicas têm pouca participação da população. Já a política pública de cultura (Estado) caracteriza-se pela legitimação, universalização dos direitos culturais, o planejamento é de longo prazo, priorizando os serviços culturais permanentes.

O Sistema Nacional de Cultura propõe uma Política Nacional de Cultura em que o papel do Estado na política cultural deve ser:

“... tratada pelo Estado como área estratégica para o desenvolvimento do país. Portanto, sem dirigismos e interferência no processo criativo, ao Estado cabe, com a participação da sociedade, assumir plenamente seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do país e estabelecimento dos marcos regulatórios para a economia da cultura, sempre considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.” – (Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura).⁷

4.2 – GESTÃO COMPARTILHADA

“A gestão compartilhada é uma forma de administração que envolve duas ou mais instituições no planejamento, na análise, na organização, na solução de problemas, na avaliação e no processo de tomada de decisão.” (Programa Cultura Viva – Minc) – Sistema Nacional de Cultura.

A construção de política pública deve primar pela parceria, integração, compartilhamento de ações, participação efetiva da sociedade civil e institucionalização de procedimentos, programas e projetos permanentes.

⁶ Texto intitulado Política Cultural – I – Componentes das Políticas Culturais, publicado na apostila Cultura, Diversidade e Desenvolvimento do Curso Pensar e Agir com Cultura - 2009 Autores: José Márcio Barros e José de Oliveira Junior.

⁷ Texto produzido pelo Ministério da Cultura através da Secretaria de Articulação Institucional – SAI. Grupo de Trabalho 1 – sob o título de – Arquitetura Marco Legal do Sistema Nacional de Cultura. Proposta de Estruturação, Institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura – versão atualizada em 31 de julho de 2009.

As políticas públicas não podem mais ser pensadas atrás de uma mesa, de forma solitária, na base do eu “acho” ou do “me interessa”. A velocidade da informação agregada ao seu compartilhamento nas decisões possibilita um novo jeito de executar ações políticas.

No caso da cultura, não é diferente. O que difere das outras políticas é de certa forma, o fato de que a cultura não é abordada como ação necessária para o desenvolvimento econômico, social e político. A cultura ainda não foi devidamente explorada como política de Estado no Brasil. A cultura é tão necessária à sociedade, quanto à política⁸. Cultura “é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando”, (...) cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir⁸”. Portanto, está em todo lugar em que existam seres humanos, elaborando, sentindo, produzindo, pensando, enfim, vivendo. Estamos sempre em processo e a cultura também. Sobre política escreve Hannah Arendt:

“A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo maior para a sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo.” Hannah Arendt.

Nenhum projeto sobreviverá numa instituição pública se não houver cumplicidade dos atores públicos e ações compartilhadas no sentido de fortalecer programas ou projetos. E não é somente no setor cultural. Hoje, com o advento das mídias eletrônicas, a velocidade das informações, não há mais espaço para ações isoladas. Muitas ações dependem de outros setores. Por exemplo: para que o prefeito possa destinar recursos para programa ou projeto, precisa ser convencido de que as ações propostas são realmente importantes. Antes de chegar ao prefeito, vários outros atores devem ser sensibilizados, pois a dependência do setor financeiro, do planejamento e, sobretudo a ausência de resultados efetivos, podem comprometer a continuidade do projeto.

⁸ A política cultural deve ser entendida como um processo de construção de do ser humano. Neste sentido, deve-se levar em conta a totalidade de suas necessidades. As agendas governamentais precisam encarar a cultura como um meio de desenvolvimento da sociedade, observando a diversidade e fortalecendo a identidades locais.

A importância da participação da sociedade civil na construção dessas políticas é fundamental e não podem desconsiderar as ações políticas para construir uma agenda cultural efetiva.

“Se é possível afirmar que a cultura, do ponto de vista antropológico, é a expressão das relações que cada indivíduo estabelece com seu universo mais próximo, em termos de uma política pública, ela solicita, por sua própria natureza, ação privilegiadamente municipal. Ou seja, a ação sociocultural é, em sua essência, ação micro que tem no município a instância administrativa mais próxima desse fazer cultura.” José Márcio Barros – Apostila do Curso de Desenvolvimento e Gestão Cultural no 1º semestre de 2009 – FCS.

O Ministério da Cultura implementa o “O Programa Cultura Viva”, tendo como elemento inovador, a Gestão Compartilhada. Desta forma, com a divisão de responsabilidades entre vários atores, é possível conceber ações rápidas, atingindo um número maior de pessoas com mais eficiência. Outro fator importante é a fiscalização da sociedade civil das ações do poder público.

“ O Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura é um novo modelo de gestão que está em curso atualmente dentro do governo brasileiro. O Programa consiste na seleção, conveniamento e financiamento de diversas instituições – de ONGs, OSCIPs a Universidades, Prefeituras, etc. – para que estas se tornem Pontos de Cultura.” Programa Cultura Viva – Minc).

A palavra de ordem numa sociedade globalizada é a partilha. E o meio mais democrático de socializar as informações é disponibilizá-las na rede mundial de internet. Não há mais espaço para política pública fechada, a não ser àquelas que necessitam de sigilo, porque podem gerar prejuízos ao erário público ou ao cidadão. É preciso descentralizar, compartilhar decisões, e colocá-las à disposição de quem quiser acessá-las. Portanto, a gestão de recurso público deve seguir a mesma lógica: compartilhar a gestão. Ao dividir a responsabilidade com outros atores ou instituições, além de socializar as informações, permite à sociedade civil acompanhar as ações propostas pelo projeto.

4.3 – INTERSETORIALIDADE

Trata-se da articulação entre as políticas públicas através do desenvolvimento de ações conjuntas. Considera-se a intersectorialidade um princípio que orienta as práticas

de construção de redes municipais. A partir da definição da diretriz de governo para resolver determinados problemas, tornam-se necessários a participação de diversos setores de governo e da sociedade civil. Com intervenção intersetorial é possível construir ações conjuntas, focando no território, na renda ou outros fatores incluídos nos objetivos traçados.

O Programa Vila Viva em processo de implantação nas vilas e favelas de Belo Horizonte é um exemplo. As intervenções na Vila da Serra, Morro das Pedras, Vila São José e Pedreira Prado Lopes são coletivas, com envolvimento da sociedade civil, governos estadual e federal.

A população é vista como um todo, portanto a política pública deve se preocupar com um modelo de gestão que permita que as ações atinjam os objetivos propostos com maior rapidez e com recursos compartilhados. "... condições de qualidade de vida e do exercício dos direitos de uma dada população, com o objetivo de promover o compartilhamento da riqueza material e imaterial disponível em um grupo social, em determinado momento histórico." (INOJOSA, 1998, p. 41) ⁹.

A Socióloga Telma Menicucci, critica a segmentação e desarticulação das ações públicas e defende a intersetorialidade, como forma de gerir a cidade, vendo o cidadão na sua integralidade:

“A intersetorialidade significa uma nova maneira de abordar os problemas sociais, enxergando o cidadão em sua totalidade para a gestão da cidade, superando a forma segmentada e desarticulada como em geral são executadas as diversas ações públicas encapsuladas nos vários nichos setoriais que se sobrepõem às divisões profissionais ou disciplinares” (MENICUCCI, Telma M. G).

4.4 – FOFA: (FORÇA, OPORTUNIDADE, FRAQUEZA E AMEAÇA)

⁹ Texto de Jussara Ayres *BOURGUIGNON* = Concepção de Rede Intersetorial disponível em <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm> com acesso em 13 dez. 2009.

É um método de diagnóstico que utiliza quatro vertentes para analisar um “produto” ou o resultado de um processo. O termo SWOT vem do inglês e representa as iniciais das palavras Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Em português transformou-se em FOFA. A proposta da ferramenta é diagnosticar os impactos internos analisando os pontos Fortes, e Oportunidades e os externos através das Fraquezas e Ameaças.

Com relação ao projeto Arena da Cultura, o método será utilizado para levantar as possibilidades de melhorar a gestão do projeto, tendo como análise os documentos produzidos pela FMC, sites de cultura, jornais, revistas e vídeos sobre o projeto.

5 – METODOLOGIA

Para avaliar o tipo de gestão em que o projeto está sendo executado, será necessário:

- Consultar as fichas de inscrição e registros das avaliações do projeto
- Consultar programas e projetos que possuem execução compartilhada.
- Analisar os planos de ações do projeto, avaliando os cumprimentos das metas estabelecidas no desenho proposto pela metodologia privilegiando: a implementação de oficinas, execução orçamentária, participação popular, continuidade do projeto e ações compartilhadas.
- Verificar população beneficiada e avaliação do projeto.
- Analisar conteúdo bibliográfico: pesquisar livros, documentos, entrevistas de jornais, revistas, sites sobre cultura, PPAGs, depoimentos sobre o projeto Arena da Cultura.

Os dados disponíveis não são suficientes para abordar, com muito detalhe, o projeto em si. Mas é possível fazer algumas análises, partindo de algumas fragilidades e avanços identificados no projeto. É possível até mesmo construir propostas. Por isso não me limitarei a uma análise fria e distante, iniciarei o diagnóstico, utilizando a matriz do **SWOT- FOFA** e continuarei a análise, refletindo crítica e propositivamente.

6 – DIAGNÓSTICO DO PROJETO ARENA DA CULTURA.

6.1 - ANÁLISE SWOT - FOFA¹⁰

A execução de um projeto é muito ampla e necessita de muitos atores internos e externos. É preciso considerar as forças macroambientais (econômicas, tecnológicas, políticas, legais, sociais e culturais) e os atores microambientais importantes (consumidores de cultura, disponibilização dos serviços, canais de distribuição, fornecedores de serviços) que afetam a capacidade de gestão do projeto.

No caso do Projeto Arena da Cultura foram identificadas as seguintes situações que podem constituir **oportunidade**:

Centros Culturais: a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte está ampliando a implantação dos Centros Culturais. Para o projeto é uma vantagem considerável, uma vez que esses novos espaços dão ao projeto a possibilidade de ampliar o acesso aos bens culturais;

Reconhecimento: em dez anos de atividade, o projeto ganhou credibilidade interna e externamente. Isto é fundamental para o desenvolvimento da capacidade gerencial do projeto, pois estabelece um comprometimento em continuar a execução do projeto e possibilidade de se buscar mais parcerias;

Intersetorialidade: A cultura no atual contexto do desenvolvimento econômico e social tem um papel fundamental nas políticas públicas. A transversalidade do projeto é um fator que favorece a atuação com outros parceiros através de redes e pela participação da sociedade civil.

Parcerias: a característica do projeto permite a participação de outras entidades da sociedade civil e das esferas de governo: municipal, estadual e federal.

¹⁰ Análise feita através do Método de Análise SWOT disponível no site <http://www.businessballs.com/swotanalysisfreetemplate.htm> com acesso em 13/10/2009.

O Sistema Nacional de Cultura, O MinC, em parcerias com municípios e governos estadual, estão discutindo uma série de propostas para institucionalização da cultura.

Também foram detectadas as seguintes situações de **ameaça**:

Recursos Financeiros: o Projeto Arena da Cultura conta somente com recursos financeiros da Prefeitura de Belo Horizonte. Isto torna o projeto vulnerável, pois deixa insegurança quanto aos valores destinados anualmente;

Marco Legal: há uma insegurança institucional na gestão do Projeto Arena da Cultura. A falta de marco legal que permita uma ação continuada é uma grande ameaça. A cada mudança de governo municipal, a gestão do projeto sofre interferência por não ter parâmetros legais que possibilitem a tomada de decisões para a continuidade do mesmo.

Analisando o ambiente interno do empreendimento, foram identificados como **pontos fortes**:

- A marca Arena da Cultura é forte e dá credibilidade para formar parceria interna e externamente.
- **Trabalho integrado.** A parceria com a Diretoria Especial de Equipamentos Culturais é importante para descentralizar as ações do projeto Arena da Cultura.
- **Metodologia.** A metodologia do projeto não é fechada em si. Na execução das ações, alunos, professores e coordenadores avaliam o processo, e em conjunto, discutem as alternativas que podem melhorar as ações do projeto.
- **Universalização do Acesso.** A partir dos 14(quatorze anos) é permitido o ingresso como alunos, desde que preencham os requisitos mínimos: assiduidade, participação coletiva e compromissos com objetivos do projeto.

E detectados como **pontos fracos**:

- **A descontinuidade do projeto.** Nos últimos anos houve muitas paralisações por diversos fatores; dentre eles destaca-se a terceiração do

projeto, que a cada ano, sofre alterações de valores e inviabiliza a execução no prazo previsto no planejamento;

- **Parceria.** O projeto conta com parceria interna com os Centros Culturais. É uma parceria importante, mas o projeto Arena da Cultura precisa de parceiros municipal, estadual e federal;
- **Indicadores.** É preciso transformar a avaliação e monitoramento do projeto em indicadores culturais. Sem um quadro efetivo do impacto das ações do projeto nos locais planejados, torna-se difícil a constituição de parceria e “disputa” para ampliação dos recursos.
- **Capacitação Profissional.** Para acompanhar as constantes evoluções tecnológicas é preciso manter os profissionais atualizados, o que não vem ocorrendo.

Quadro 2 - Matriz SWOT - FOFA

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
Descentralização: Centros Culturais O reconhecimento do projeto, da sua importância social. Intersetorialidade. Possibilidades de parcerias internas e externas. O Sistema Nacional de Cultura.	Dependência dos recursos exclusivamente da Prefeitura de Belo Horizonte. Insegurança Institucional. Encerramento do projeto
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Projeto enquanto produto - A marca forte “Arena da Cultura”. Trabalho integrado com outras instâncias da FMC - Fundação Municipal de Cultura. Metodologia do Projeto Arena da Cultura. Universalização do Acesso.	Insuficiência de recursos financeiros. Descontinuidade das ações do Projeto. Insuficiência de indicadores de impacto do projeto. Capacitação de profissionais para gerenciamento do projeto.

6.2 – OUTRAS REFLEXÕES SOBRE O PROJETO ARENA

6.2.1 – Outros avanços do Projeto

O bom desempenho do projeto possibilita expansão de ações e, ao longo do processo, desenvolver inovações. Portanto, o projeto Arena da Cultura teve que crescer e inovar para atender à demanda e melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados. Destaca-se como inovação, a criação de estruturas como Direção Artística para realização dos circuitos, coordenação para cada área e realização das Mostras. Outro fator importante foi a criação do Núcleo de Formação e Criação Artística que centralizou as oficinas mais avançadas.

A parceria com o Ministério da Cultura com o Programa Cultura Viva – Cultura Digital, que no caso de Belo Horizonte se materializou através do Projeto Lelelê – Laboratório de Linguagens Eletrônicas, incorporado ao projeto Arena da Cultura em 2006, é de grande importância, pois aponta para uma gestão moderna, que é o compartilhamento de gestão de projetos. No caso citado, o MinC, além das orientações de gestão, também participa com recursos financeiros.

6.2.2 – Da Participação Popular

A participação popular é uma das premissas importantes para a realização do projeto, e ela se concretiza por meio dos Fóruns Regionais, articulados pelas Secretarias Municipais de Gestão Regional, nos quais o Projeto Arena da Cultura passa por um processo de discussão, avaliação e modificação, de acordo com os resultados alcançados a cada ano e das necessidades apresentadas pela população. Os Fóruns reúnem artistas, grupos, agentes e produtores culturais, e demais representantes da comunidade e interessados.

A carência de espaços de lazer ou a falta de recursos financeiros faz do projeto Arena uma alternativa para essas comunidades. É mais um caminho e oportunidade para formação artística. O trabalho com a diversidade é fundamental, e se concretiza por

meio da linguagem artística, que se apresenta como uma via preferencial de diálogo, permitindo que se sintam livres e capazes de encontrar o lúdico em seu cotidiano, capacitando a uma nova perspectiva de vida.

Numa sociedade caracterizada por grandes desigualdades como a nossa, com acesso reduzido a bens materiais e simbólicos para a maioria da população, pensar em arte poderia parecer utopia. Entretanto, é justamente a partir do campo artístico que se julga ser possível tocar diretamente o sentimento das pessoas, humanizando-as e permitindo-lhes vislumbrar novas perspectivas para a sua realidade. E é isso que o Projeto Arena da Cultura tem feito, provando que não só é possível democratizar a produção cultural, como também, a partir disso, obter trabalhos artísticos de boa qualidade.

Nos grandes centros urbanos, os equipamentos de cultura são instalados na área central: cinemas, teatros, casas de espetáculos, boate, museus. De certa forma o público, com melhor poder aquisitivo, é beneficiado diretamente, pois além da localização, ainda possui várias opções para escolha. Em se tratando de Belo Horizonte, os bairros dentro da Avenida do Contorno são os grandes privilegiados. Por outro lado, os moradores da periferia, dos bairros mais distantes da centralidade da cidade, não possuem acesso aos bens culturais da cidade, devido a diversos fatores entre eles destacamos:

- Falta de equipamentos em seus bairros ou região. (Obs.: No Plano Diretor de Belo Horizonte está previsto em Lei que em cada região deverá ter um equipamento de cultura: determinação que ainda não foi cumprida; a região Nordeste não tem centro cultural.).
- Os custos de deslocamento e ingresso são altos. E, talvez o que seja mais caro: a consciência de que a cultura é direito universal e o estado deve supri-la de forma constante.

Neste sentido, o Projeto Arena da Cultura, tenta levar às nove regionais, possibilidades do fazer artístico para determinados grupos de pessoas que, necessariamente precisam de apoio para exercer o seu papel de cidadão cultural de acordo com os princípios da política cultural do município:

“Estender os chamados direitos culturais, ampliando o acesso de toda a população à produção e ao consumo de cultura, garantir a preservação da memória social, bem como facilitar a participação popular nas decisões da

política cultural”. Para efetivar os objetivos desta política estabeleceu algumas diretrizes básicas, das quais se destacam: “Informação, difusão e intercâmbio cultural e formação cultural”. (www.pbh.gov.br/cultura) acesso em 12 de setembro de 2009.

Nessa perspectiva, busca beneficiar os bairros, vilas e favelas de Belo Horizonte, contemplando os residentes destes locais, que têm no Projeto Arena, muitas vezes, o único caminho e oportunidade para a sua formação artística.

6.2.3 – Da Avaliação e Sistematização no Projeto Arena e do Projeto

A construção de indicadores quantitativos é importante para aferir se o objetivo foi alcançado ou não. Porém, tratando-se de políticas sociais, principalmente na área da cultura, esta pode não ser a melhor medida. Como avaliar o trabalho de uma rendeira ou de um músico que toca de “ouvido” dentro de um processo coletivo? Como analisar uma pessoa que, ao vencer o medo de falar em público, e no processo coletivo se descobre “artista” e opta por seguir carreira profissionalmente?

Os indicadores qualitativos, embora sejam de entendimentos subjetivos, apontam para melhoria e correção de rumo do projeto. Mas, ainda não são indicadores definitivos, pois pinçam uma realidade de uma cidade com mais de dois milhões de habitantes. A incrível mobilidade urbana da cidade e a relação com a região metropolitana é mais um complicador para diagnosticar a cultura em Belo Horizonte. É necessário construir indicadores culturais nacionais para servir como parâmetro a municípios e estados.

O projeto Arena da Cultura foi crescendo em função da demanda dos interessados em participar das oficinas de iniciação nas quatro áreas. Este crescimento apontava para o ciclo de continuidade dos módulos mais avançados. Para avançar no ciclo, as avaliações em cada oficina são feitas coletivamente: com avaliação dos alunos, professores, coordenação artística, do espaço físico e metodologia. Porém, as avaliações não foram sistematizadas constantemente, de forma que permitissem a construção de indicadores que medissem o impacto nos locais das realizações das ações finais. Sem parâmetros confiáveis para avaliar as ações do projeto, muitas oficinas se deslocaram para regionais e centros culturais com características de uma desconcentração cultural.

O fazer e refazer, numa rotatividade de alunos, professores e empresas terceirizadas, insegurança dos dados produzidos em que os parâmetros de comparação não são fixos, dificulta muito a qualidade de gestão do projeto. É preciso monitorar os impactos do projeto para verificar se as ações implementadas estão de acordo com o planejado. Se não há como medir o desempenho em relação aos padrões definidos no planejamento, fica difícil avaliar os resultados e os produtos ou se os impactos desejados ficam comprometidos.

Sendo os “indicadores instrumentos de verificação do alcance dos objetivos, eles devem expressar, de forma quantitativa e qualitativa, aquilo que querem demonstrar”, portanto, o Projeto, na sua universalidade pretendida, esbarra na falta de condições objetivas de infra-estrutura para realmente “atingir o objetivo que é o de iniciar ou aprofundar os interessados no mundo das artes, indistintamente. Uma das grandes dificuldades do projeto é a insuficiência de registros. Não há disponível documentação sistematizada e publicada que possa orientar uma visão ampla do projeto. Não está disponibilizado um banco de dados sistematizados para divulgação.

6.2.4 - Dos recursos e infra-estrutura

O Lelelê deveria ser mais uma ferramenta para o desenvolvimento dos processos criativos dos professores, alunos e coordenadores do programa e dos projetos da FMC, e, principalmente, uma área de ponta no que se refere à tecnologia. Espera-se que alunos e gestores, ao terem acesso à mídia digital, possam ter possibilidade de expressar em um ambiente virtual, trocas de informações e socialização de suas criações.

Entretanto, devido a dificuldades de gestão do projeto, O pontão de Cultura, instalado no Núcleo de Formação e Criação Artística não foi utilizado plenamente.

Os instrumentos musicais, os materiais para artes plásticas, os adereços para teatro, entre outros, muitas vezes não são suficientes, pois os recursos disponibilizados não conseguem suprir as demandas das oficinas. Isto interfere na qualidade das aulas ministradas.

Alguns espaços físicos dificultam a realização de determinadas oficinas como as de teatro, dança em função da inadequação das salas para atividades específicas.

Podemos citar como exemplo o Centro Cultural Zilah Spósito, na região e o CAC – São Paulo na região Nordeste, que é a única regional a não ter um Centro Cultural.

A Fundação Municipal de Cultura realizou concurso público para admitir novos funcionários para o quadro permanente. Porém ainda não foi o suficiente para normalizar o funcionamento de alguns órgãos.

7 – RESULTADOS

Arena da Cultura

Programa de Formação Capacitação e Difusão Cultural

Quadro Comparativo Orçamento 1998-2004

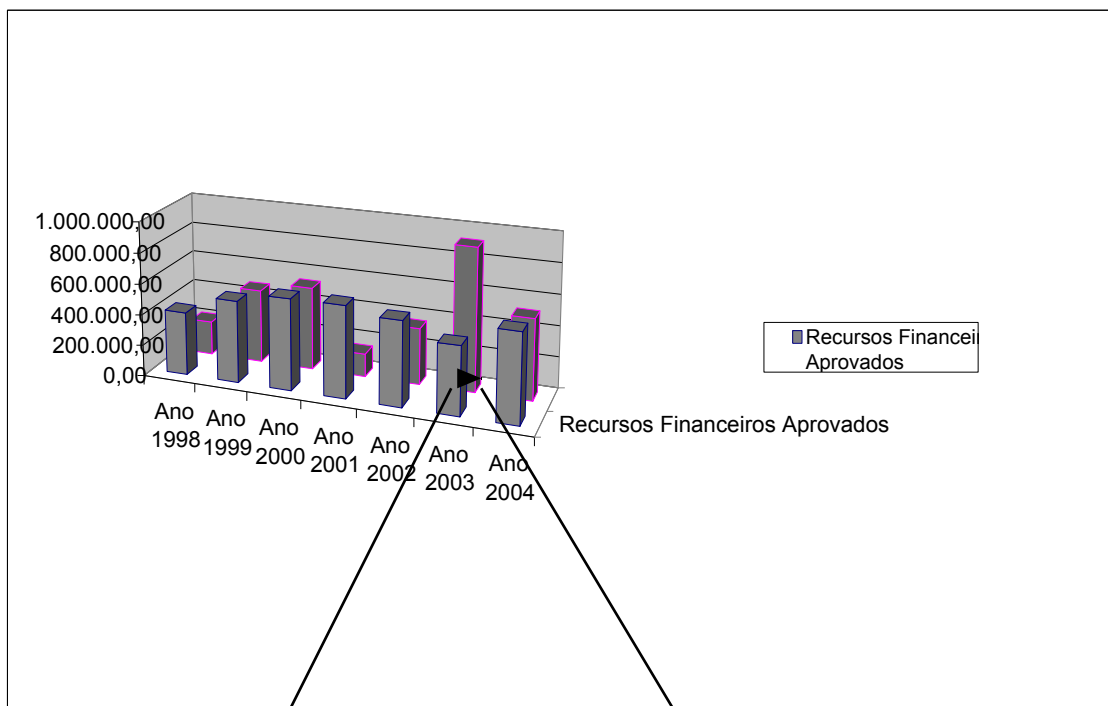
1998-2004

	Ano 1998	Ano 1999	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Total
Recursos Financeiros Liberados	407.234,00	527.800,00	587.925,00	596.541,85	598.764,45	377.782,00	631.375,51	3.727.422,76
Gasto Efetivo	220.000,00	474.397,86	536.692,67	260.033,12	355.889,55	921.460,55	520.662,83	3.289.136,60
Porcentagem da Liberação	54,02%	89,88%	91,29%	43,59%	59,44%	243,91%	82,46%	88,24%

Fonte: GEFCO

O Projeto Arena da Cultura de 1998/2004 – realizou: 130 oficinas; 14 workshops; 05 cursos de formação de agentes culturais; 05 ciclos de debates; 03 seminários; 156 ensaios preparatórios; 126 circuitos culturais; 03 mostras, totalizando 442 atividades. Nesse período atendeu a um público de 3.787 alunos inscritos; 2.039 artistas e grupos culturais participantes de suas atividades e 277.600 pessoas.

Quadro 3 - Arena Cultura - Recursos Financeiros. – 1998-2004



Fonte. GEFCD

Recursos financeiros aprovados

Recursos financeiros liberados

Os investimentos da PBH, nesses sete anos totalizam um montante de R\$ 3.298.698,31. Observa-se que em 2003 os recursos liberados foram maiores que os aprovados. O que demonstra confiança e reconhecimento pelo governo municipal dos resultados obtidos pelo projeto até então.

Outro fator importante de analisar é a oscilação dos recursos aprovados e liberados. Não há uma média progressiva que indica aumento de ações do projeto. A informação sugere que a o gerenciamento do projeto deve se adequar aos recursos liberados a cada ano. Dificultando um planejamento de longo prazo.

Apesar da dificuldade de gestão do projeto, em 2003 houve mais recursos liberados que aprovado. Isto possibilitou ao projeto executar ações mais abrangentes com a realização de 16 Circuitos Culturais em todas regionais, com a participação de mais de trezentos artistas (grupos e artistas solo), com um público de mais de 20 mil

pessoas.¹¹

7.1 – RECURSOS FINANCEIROS - COMO AMPLIAR PARCERIAS INSTITUCIONAIS.

A despesa total com cultura no Brasil, constante da publicação do IBGE, de 2007, “Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica nº 22 - Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003 - 2005”, segundo as esferas de governo no período citado, distribuem-se conforme a seguinte tabela:

Quadro 4

ESFERAS DE GOVERNO	DESPESA TOTAL COM CULTURA					
	2003		2004		2005	
	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação das esferas (%)	Valor absoluto (1 000 R\$)	Participação das esferas (%)	Valor absolute (1 000 R\$)	Participação das esferas (%)
Federal	338 746	14, 4	395 926	15, 3	523 338	16,7
Estadual	746 851	31, 7	836 716	32, 4	1 127 768	36,0
Municipal	1 272 667	54,0	1 349 028	52, 3	1 478 308	47,2
TOTAL	2 358 264	100,0	2 581 670	100,0	3 129 414	100,0

Despesa Total com Cultura no país.

A importância do município na implementação da cultura local é muito notória. E isto fica demonstrado quando 47,2% dos recursos investidos em cultura vêm de seu orçamento. Em capitais como Belo Horizonte, os investimentos em cultura estão crescendo. Porém é ainda insuficiente para atender à demanda da população. Cada vez mais, torna-se imperativo a busca de parcerias para ações eficientes de gestão pública de cultura.

¹¹ Matéria publicada na revista Pensar BH – Política Social, Edição Temática, nº 9 Março/Maio de 2004 – com o título: Especial Arena da Cultura – Carlos Fróes, Romero Carvalho, Nick Pathokos e Tamira Ferreira.

O projeto Arena da Cultura sempre foi custeado por recursos do ROT – Recurso Orçamentário do Tesouro. O caixa da prefeitura oscila de acordo com as receitas previstas no orçamento. Sendo projeto permanente, o Arena deveria ter um planejamento em longo prazo. Isto não acontece. Por isso o projeto é readequado a cada ano, tendo como base os recursos disponíveis pelo Tesouro.

Observando a tabela sobre o posicionamento da Prefeitura de Belo Horizonte no plano nacional, constata-se que os recursos da cultura permanecem em torno de 0,8% do orçamento da capital. Não há crescimento de investimento em políticas públicas de cultura se não houver recursos suficientes para realizá-las. Projeto como Arena da Cultura necessita de monitoramento constante para corrigir os erros que de vez em quando aparecem.

7.2 – POSICIONAMENTO DE BELO HORIZONTE NO PLANO NACIONAL - ORÇAMENTO EM %

De acordo com a Pesquisa do IBGE, tendo como Ano Base 2005, o orçamento da cultura da Prefeitura de Belo Horizonte, correspondente a 0,81% do Orçamento Geral do Município, é, em termos percentuais, o décimo segundo entre as capitais brasileiras.

ORÇAMENTO DA CULTURA NAS CAPITAIS BRASILEIRAS
CLASSIFICAÇÃO POR % ANO 2005 / FONTE IBGE¹²

CIDADE	ORÇAMENTO MUNICÍPIO (R\$)	ORÇAMENTO CULTURA (R\$)	%
1 BOA VISTA (RR)	245.683.983,08	7.623.046,97	3,10
2 RECIFE (PE)	1.453.416.656,91	33.475.197,43	2,30
3 ARACAJÚ (SE)	465.638.342,41	7.777.481,47	1,67
4 RIO DE JANEIRO (RJ)	7.811.185.897,43	89.231.035,98	1,14
5 TEREZINA (PI)	576.716.778,44	6.268.877,11	1,09
6 PALMAS (TO)	248.131.157,00	2.541.915,00	1,02
7 VITÓRIA (ES)	631.329.729,58	6.403.658,41	1,01
8 PORTO ALEGRE (RS)	2.029.967.770,08	20.240.273,00	1,00
9 SÃO PAULO (SP)	15.070.862.475,48	142.653.251,33	0,95
10 CURITIBA (PR)	2.364.862.872,97	20.209.556,76	0,85
11 SÃO LUÍS (MA)	793.027.075,97	6.488.051,79	0,82
12 BELO HORIZONTE	2.877.636.926,56	23.235.992,32	0,81
13 BELEM (PA)	884.651.373,17	6.982.504,27	0,79
14 GOIÂNIA (GO)	1.289.169.912,18	9.636.348,00	0,75
15 NATAL (RN)	613.045.480,74	4.192.232,10	0,68
16 FLORIANÓPOLIS (SC)	430.516.657,55	2.726.224,80	0,63
17 BRASÍLIA (DF)	6.862.631.401,03	43.349.796,00	0,63
18 MACAPÁ (AP)	182.725.066,15	1.056.016,60	0,58
19 RIO BRANCO (AC)	220.551.003,90	1.042.656,87	0,47
CAMPO GRANDE MS)	794.928.372,09	3.484.390,25	0,44
21 MANAUS (AM)	1.177.198.821,33	5.150.914,47	0,44
22 FORTALEZA (CE)	1.740.422.822,34	4.716.262,29	0,27
23 SALVADOR (BA)	1.445.211.981,70	2.949.205,79	0,20
24 CUIABÁ (MT)	516.937.130,28	1.048.316,82	0,20
25 PORTO VELHO (RO)	258.923.299,00	273.276,13	0,11
26 MACEIÓ (AL)	573.173.788,10	283.010,30	0,05
27 JOÃO PESSOA (PB)	570.431.548,60	39.583,20	0,01
TOTAL GERAL	52.128.978.324,07	453.079.075,46	0,87

De acordo com a Pesquisa do IBGE, tendo como Ano Base 2005, o orçamento da cultura da Prefeitura de Belo Horizonte, correspondente à R\$ 23.235.992,32 é o décimo segundo no período pesquisado.

¹² Pesquisa sobre orçamento da cultura em 2005 também pode ser acessado no site <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/457.pdf>

7.3 - POSICIONAMENTO DE BELO HORIZONTE NO PLANO NACIONAL - ORÇAMENTO PER CAPITA

Considerando os dados da Pesquisa do IBGE, tendo como Ano Base 2005, o orçamento “per capita” da cultura na cidade de Belo Horizonte é R\$ **9,63**, é o décimo primeiro entre as capitais brasileiras.

C I D A D E S/ CAPITAIS	ORÇAMENTO CULTURA (R\$)	POPULAÇÃO EM QUANT.	ORÇAMENTO PER CAPITA (R\$)
1 BOA VISTA (RR)	7.623.046,97	249.853	30,51
2 RECIFE (PE)	33.475.197,43	1.533.580	21,83
3 VITÓRIA (ES)	6.403.658,41	314.042	20,39
4 BRASÍLIA (DF)	43.349.796,00	2.455.903	17,65
5 ARACAJÚ (SE)	7.777.481,47	520.303	14,95
6 RIO DE JANEIRO (RJ)	89.231.035,98	98 6.093.472	14,64
7 PALMAS (TO)	2.541.915,00	2.541.915,00	14,25
8 PORTO ALEGRE (RS)	20.240.273,00	1.420.667	14,25
9 SÃO PAULO (SP)	142.653.251,33	10.886.518	13,10
10 CURITIBA (PR)	20.209.556,76	1.797.408	11,24
11 BELO HORIZONTE(MG)	23.235.992,32	2.412.937	9,63
12 TEREZINA (PI)	6.268.877,11	11 779.939	8,04
13 GOIÂNIA (GO)	9.636.348,00	1.244.645	7,74
14 FLORIANÓPOLIS (SC)	2.726.224,80	396.723	6,87
15 SÃO LUÍS (MA)	6.488.051,79	957.515	6,78
16 NATAL (RN)	4.192.232,10	774.230	5,41
17 BELÉM (PA)	6.982.504,27	1.408.847	4,96
18 CAMPO GRANDE MS)	3.484.390,25	724.524	4,81
19 RIO BRANCO (AC)	1.042.656,87	290.639	3,59
20 MANAUS (AM)	5.150.914,47	1.646.602	3,13
21 MACAPÁ (AP)	1.056.016,60	344.153	3,07
22 CUIABÁ (MT)	1.048.316,82	82 526.830	1,99
23 FORTALEZA (CE)	4.716.262,29	2.431.415	1,94
24 SALVADOR (BA)	2.949.205,79	2.892.625	1,02
25 PORTO VELHO (RO)	273.276,13	369.345	0,74
26 MACEIÓ (AL)	283.010,30	896.965	0,32
27 JOÃO PESSOA (PB)	39.583,20	674.762	0,06
TOTAL GERAL	453.079.075,46	44.222.828	10,25

Com menos de R\$ 10,00 por pessoa demonstra que há espaço para investimento na cultura em Belo Horizonte ainda está longe do ideal.

7.4 – INDICADORES CULTURAIS

Nos últimos anos, como disse em entrevista o Ministro Gilberto Gil, a cultura foi tratada como a “cereja” do bolo, ou seja, só para enfeitar. A consequência lógica desta atitude foi que o setor cultural desenvolveu muito pouco, do ponto de vista de cadeia produtiva. A falta de pesquisa sobre indicadores culturais demonstra a falta de interesse dos setores econômicos, sociedade civil, e principalmente governos, que não tratam política pública de cultura como prioridade.

A produção de informações e indicadores culturais não existe de forma sistemática, atualizada e coordenada, a despeito de diversas iniciativas em pesquisas e estudos realizados pelo Ministério da Cultura – MinC, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e por outras entidades governamentais e não-governamentais.

Em Belo Horizonte, não é diferente. A última pesquisa cultural data-se de 1995. Sem um parâmetro balizador atualizado para gestão cultural, muitas políticas culturais acabam sendo concebidas no campo da subjetividade. Além da perda de eficácia na aplicação dos recursos públicos, perde a instituição pública por não ter uma política pública consolidada e a sociedade civil sofre por não ter uma política cultural de qualidade.

O Projeto Arena carece de uma organização sistematizada dos registros produzidos ao longo de uma década de existência. Os dados ainda precisam ser organizados como está escrito no site www.pbh.gov.br/cultura;

“Os resultados apresentados pelo Arena, ao longo dos seus dez anos, principalmente os qualitativos, ainda não foram aferidos por meios estatísticos e técnicos. Também não foi feito um acompanhamento de alunos (as), artistas e grupos que passaram pelo projeto, visando identificar o lastro que o projeto promoveu em suas vidas. Sabe-se, entretanto que o Arena vem cumprindo função importante em Belo Horizonte, garantindo e incrementando o debate sobre as políticas culturais do município; sobre o papel da arte, sobre os direitos culturais e sobre os processos de formação, criação, produção e circulação de bens artísticos na cidade. Isto foi confirmado durante as Pré-Conferências Regionais, quando foi citada a importância do projeto para a cidade. Percebe-se, enfim, que vem executando os seus objetivos, ou seja, contribuir com a formação de artistas e grupos e com o desenvolvimento cultural das comunidades”. Esta informação pode ser conferida no endereço: http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaocultura&tax=16808&lang=pt_BR&pg=5520&taxp=0&. Acesso 12 de novembro de

2009.

Quando a própria instituição admite que os resultados dos últimos dez anos não foram sistematizados como deveriam, permite o questionamento se a gestão está sendo eficiente ou não. Como comprovar sem os dados aferidos?

A criação de informações culturais é muito importante para a efetivação de políticas públicas de cultura. Porém, tornará inócua, se as informações não forem compartilhadas com outros setores: econômico, social, turismo, planejamento, etc.

“Não bastam mais os bancos de dados particularizados e estanques desprovidos de interatividade e comunicatividade com outros sistemas informacionais. Hoje, para se conduzir as políticas culturais no país, há que se contar, de forma sistemática e programada, com a produção de dados e informações, como também dispor de sistemas interativos que tenham capacidades técnicas de mútua comunicabilidade. Sistema Nacional de Indicadores Culturais”. Minc

7.5 – DESCONTINUIDADE

Fonte: GEFCD - Arena da Cultura - Circuitos Culturais

Os circuitos culturais constituem a interface mais visível do Projeto Arena da Cultura. A proposta do evento é apresentar para a população a produção e os processos criativos das oficinas de música, teatro, dança e artes plásticas.

Analisando o gráfico acima, verifica-se um dos graves problemas do projeto: a descontinuidade. No início do projeto, em 1998 foram realizados 11 circuitos. Em 1999, 44 circuitos foram realizados pela cidade, com média de cinco por regional. É sem dúvida o auge do programa em termos de difusão. Ruas e praças, escolhidos pelos participantes, ficaram repleto de intervenções das áreas de música, teatro, dança e artes plásticas. No início do projeto a produção, criação e difusão artísticas foram intensas. Isto possibilitou a realização de vários circuitos. Destaca-se um maior número de circuitos devido à integração com as administrações regionais e participação das lideranças comunitárias.

A partir de 2001 os circuitos foram diminuindo suas ações, até que, em 2004 não houve nenhuma apresentação. “Além da capacidade da regional na discussão e operacionalização do projeto, podemos considerar o atraso da liberação dos recursos financeiros ocasionais: as dificuldades para a contratação de prestadores de serviços. Várias alterações no calendário de execução dos circuitos e divulgação precária. O aumento da violência urbana em Belo Horizonte foi levantado em vários momentos como causa de afastamento de artistas, grupos e público dos circuitos culturais”

Quando um projeto é interrompido gera muitas dúvidas em relação à situação que este se encontra: os profissionais lotados na instituição, com função de acompanhar o projeto, ficam sem rumo com relação as suas atividades. Os professores, embora sendo funcionários efetivos, organizam seus afazeres tendo como base o ano, as datas estabelecidas pelo Arena. E por último, os mais prejudicados, os alunos. Estes, além de perderem um acesso importante a políticas de cultura, perdem com o tempo, o aprendizado acumulado.

Com características de trabalho coletivo, a descontinuidade causa um retrocesso imenso à formação e interação dos alunos, professores e sociedade civil, pois, o que de fato alimenta o projeto são as trocas estabelecidas nos Seminários, Ciclos de Reflexões. Circuitos culturais, Oficinas, etc..

8 – PROPOSTAS PARA O PROJETO ARENA

Depois de ter realizado uma análise SWOT, de ter elaborado algumas questões e reflexões sobre o projeto Arena da Cultura, é possível elaborar algumas propostas como:

Estabelecer metas relacionadas à forma de atuação no que diz respeito ao aproveitamento de oportunidades, ou seja, privilegiar as ações que possam permitir a expansão do projeto, atrair parcerias;

Prever quais ações serão importantes para evitar os efeitos de eventuais ameaças, principalmente à questão da institucionalidade do projeto;

Estabelecer metas de melhoria dos itens que foram considerados de baixo desempenho. A sistematização dos dados do projeto e a produção de resultados com base em indicadores e outras metas são importantes para evitar a ameaça de extinção do projeto.

Melhorias na gestão: implementar um modelo de gestão baseado na democratização, descentralização, articulação e integração intersetorial, com vistas a uma atuação mais integrada e à potencialização dos resultados, significa inverter a lógica setorial e fragmentada de operação de diversos programas sociais da Prefeitura de Belo Horizonte.

A melhoria na gestão de projetos depende de vários fatores: vontade política do governante, ações integradas, privilegiando a intersetorialidade, sistematização de propostas visando à institucionalização, descentralização e um amplo diagnóstico da vida cultural de Belo Horizonte. A seguir analisarei esses aspectos com mais argumentos e apresentarei outras propostas.

8.1 - FORTALECER A POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E INTERSETORIALIDADE

8.1.1- Democratização

A participação popular na construção de Políticas Públicas de Cultura é fundamental. Além dos conselhos municipais, Organizações Não-Governamentais, outras formas participativas presenciais no diálogo com a cultura, a mídia eletrônica, sobretudo a internet, são instrumentos poderosos para descentralizar e democratizar a informação, entendendo a Cultura como direito dos cidadãos.

No entanto, o desafio é fazer dos conselhos, fóruns e outros, instrumentos que possibilitem:

Uma nova dinâmica à forma de fazer política, e à gerência da coisa pública, contribuindo para a construção de uma nova cultura política, em que o sentido da participação torna-se mais amplo, incluindo a dimensão dos direitos de cidadania e de participação na elaboração, definição, gestão, e no controle social das políticas públicas (PAZ, 2006, p118)

Ressalta-se a importância da ação transversal, ou seja, não pensar a política cultural de cima para baixo. Com ações e decisões compartilhadas os resultados tendem a ser positivos e a relação pertencimento envolve mais pessoas nas políticas culturais.

Uma diretriz do projeto em análise pressupõe que a população não será somente alvo das ações, mas também agente que delibera sobre os seus rumos. Está prevista a realização de fóruns regionais com periodicidade mensal nas sedes das secretarias regionais ou em outro lugar adequado para realização dos mesmos. O Programa Arena da Cultura é discutido, avaliado e modificado conforme as necessidades e demandas da população. Os fóruns regionais têm importância fundamental para o desenvolvimento e avanço destas ações de democratização cultural. Então se faz necessário retomá-los e fortalecê-los.

8.1.2 – Descentralização

A descentralização político-administrativa tem a função de facilitar a vida dos cidadãos, garantindo acesso às políticas públicas. A divisão de Belo Horizonte em nove regionais estabelece como “porta” de entrada das políticas públicas as ações desenvolvidas pelas Administrações Regionais.

A diretriz de descentralização da cultura tem como “porta” de entrada os Centros Culturais. Não é fácil manter interlocução com uma população de mais de duzentos mil habitantes: esta é a média de moradores por regional. Alguns centros culturais têm ações eminentemente locais. Enquanto outros, com um pouco mais de abrangência, conseguem agregar mais pessoas em torno das ações propostas. Porém, a falta de funcionários adequados para o exercício da função pública, prejudica o acesso e a qualidade dos serviços prestados.

A diretriz da política pública de cultura deve levar em conta as demandas e a diversidade locais, que são captadas pelas Administrações Regionais.

Assim como a educação, que tem uma rede de escolas municipais, mantém em cada regional, gerências de educação. A saúde também possui um sistema de centros de saúde e gerências nas regionais. A Cultura, para se tornar de fato política pública com qualidade, precisa pensar na estrutura regionalizada como gerências direcionadas para área cultural.

As ações regionalizadas não significam replicar de ações centralizadas. Precisa de ações compartilhadas entre os membros do poder público, contato estreito com a sociedade civil e discussão efetiva sobre a política de cultura que se quer implementar na cidade.

Cada regional tem características muito diferentes. Os moradores destas regiões vivem o dia-a-dia nestes locais. O projeto Arena da Cultura para conseguir se concretizar como descentralizado é necessário, juntamente com as regionais, efetivar a consciência de uma participação coletiva e retornar com a representatividade da cultura na estrutura regional como preconiza o artigo:

“Art. 22 - Funcionará junto a cada Administração Regional uma instância, com atribuições de: I- relacionar as carências e reivindicações regionais, nas áreas, entre outras, de saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico, meio ambiente, urbanização, cultura, esporte e lazer e nas relativas à criança, ao adolescente e ao portador de deficiência, e hierarquizar as prioridades”. (Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte).¹³

8.1.3 – Intersetorialidade e Gestão Compartilhada

A cultura não pode ser concebida somente no âmbito de uma secretaria ou órgão do governo. Faz parte de um contexto amplo e não pode estar compelida a realizar ações compartimentadas.

Assim, é extremamente importante dividir algumas funções, quando se trata de formação: a escola é um ambiente favorável para iniciar a formação cultural. A sensibilização das crianças, de jovens e até de adultos, no ambiente escolar, pode possibilitar conhecimentos básicos para que, no futuro, se alguns aventurarem a entrar na área artística, possam pelo menos, ter um caminho a seguir.

A Cultura deve ser interdisciplinar, ou seja, várias disciplinas ou ciências devem contribuir e se inter-relacionar para dar conta de uma formação integral do ser humano que tem várias dimensões: física, sócio-histórico-cultural, afetivo-emocional, psicológica, estética, moral, espiritual. Ela também deve ser intersetorial, no sentido de que diversos setores e segmentos das administrações públicas e também da sociedade civil devem por ela se responsabilizar, garantindo a melhor qualidade para todos.

A política cultural isolada não consegue responder por toda essa complexidade, ainda mais com recursos financeiros insuficientes e com profissionais que têm formação fragmentada ou incompatível com as funções culturais. Então é necessária, principalmente a articulação do setor cultural com os setores da Educação, Saúde e Assistência Social, Meio-ambiente para garantir maior inclusão social com qualidade.

Não há como implementar uma política pública de cultura eficiente para um público tão amplo a partir de 14 anos, se não houver ações compartilhadas, com outras instituições, principalmente se os recursos financeiros do projeto são oriundos de uma

¹³ Disponível no site <http://bh5.pbh.gov.br/legislacao.nsf/42d34f6e3014477e0325679f0041f8fa/1abf7fae53aeb5fd032567a100633dea?OpenDocument> com acesso em 22 de outubro de 2009.

única fonte, como o caso do projeto Arena da Cultura. Parcerias com entidades que tenham recortes específicos como idade, território, vulnerabilidade, renda, escolaridade, podem ser um campo de atuação do projeto.

“A gestão compartilhada é uma forma de administração que envolve duas ou mais instituições no planejamento, na análise, na organização, na solução de problemas, na avaliação e no processo de tomadas de decisão”. (VELOSO). Este modelo de gestão pode gerar mais eficiência, reduzindo os custos e permitindo ações focalizadas com resultados mais previsíveis.

Toda e qualquer mudança requer doação e compreensão dos gestores. Há deslocamento de funções, perda de poder e mudanças em programas e projetos. A cumplicidade da equipe com os objetivos do projeto é fundamental. Como diz Roberta Scatolini: “É um trabalho que implica em mudança de relações, desapego de poder. As pessoas não estão acostumadas a construir, debater, tomar parte coletivamente”,¹⁴.

A cultura não pode prescindir de atuar junto à educação, não só para estabelecer um contato prévio com os alunos que consomem diariamente diversos tipos de expressões culturais, como também para garantir uma formação mais plena, de forma que, os mesmos não sejam apenas consumidores ou produtores acríticos, mas cidadãos, que além de conquistar direitos são parceiros na busca de soluções para problemas como os levantados acima.

O projeto Arena da Cultura possui quatro objetivos importantes que o norteiam: descentralização, universalização do acesso, inversão de prioridades e participação popular. Existem outros projetos de políticas públicas na Prefeitura de Belo Horizonte, que se pautam por esses princípios e têm metodologias semelhantes ao projeto Arena da Cultura, no que tange à formação. O Projeto Guernica, lotado na Secretaria Municipal de Governo, que possui características semelhantes com Oficina de Artes Plásticas do projeto Arena da Cultura. O BH-Cidadania, um dos mais importantes programas de inclusão social da PBH, toma a intersectorialidade como um dos seus eixos e também trabalha com oficinas de formação, com um público mais focalizado no jovem, porém há convergências que podem ser exploradas, já que o público do Arena é a partir dos

¹⁴ Roberta Scatolini, Psicóloga, foi contratada pelo MinC para realizar dinâmicas de gestão compartilhada com os Pontos de Cultura.

14 anos. Em seu texto sobre o BH-Cidadania: Inclusão e integração em um lugar só, na Revista Pensar BH nº 17 de Maio de 2007, o secretário de políticas sociais da PBH, Jorge Nahas avaliou: “... como uma das experiências não tão positivas, citamos a descontinuidade das oficinas de Cultura e Esporte, e a precariedade de nossas políticas de inclusão produtiva, centradas nas Regionais”.¹⁵

Esta reflexão mostra a importância de se realmente efetivar a integração do programa, como o BH-Cidadania com projeto Arena da Cultura e com os parceiros nas regionais, para que se alcance além da formação integral para a cidadania, objetivos importantes, como: desenvolver vínculos interpessoais e de sentimentos de pertencimento às coletividades, além de se apontar perspectivas para os jovens.

Em Belo Horizonte há várias entidades que fazem formação. Entidades governamentais, Ong's procuram delimitar suas ações, focalizando determinado público com recorte territorial, idade, vulnerabilidade social, entre outros.

Com o projeto sobre a mesa é possível estabelecer parcerias como: parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, SEBRAE, ONGs para construir uma metodologia que possibilite ao projeto Arena integrar os alunos ao mercado de trabalho. Embora não seja o objetivo específico do projeto, mas é fundamental criar mecanismos que alie as capacitações e formações adquiridas no decorrer do curso, agregar valor ao currículo do aluno quando este for procurar emprego.

Outras parcerias com universidades como a UFMG, PUC, UEMG, Escola Guignard, entre outras, que podem colaborar na discussão de uma proposta mais ampla para o Projeto Arena da Cultura.

Apesar de suas limitações, o Projeto Arena da Cultura ainda consegue se firmar como um meio democrático de acesso à cultura. Como a concepção do Projeto está inserida na política cultural municipal, é preciso estreitar as relações com outros atores, como Secretaria de Planejamento, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Educação, de Saúde, de Meio ambiente, Secretarias regionais, BELOTUR, outros da sociedade civil e governos estadual e federal. A conjunção de forças faz a diferença na participação, nos resultados e possibilita que, efetivamente, o direito à cultura seja

¹⁵ Entrevista com o Secretário Municipal de Políticas Sociais para revista Pensar BH – Política Social, Edição Temática, nº 11 de dezembro de 2005.

tratado como bem de primeira necessidade.

8.2 – INSTITUCIONALIZAÇÃO DE GESTÃO DA CULTURA

“Quero reforçar aqui o papel que atribuímos ao Sistema Nacional de Cultura, que deverá reunir o conjunto de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação das políticas culturais. Sua organização e funcionamento deverão garantir a defesa e a valorização do patrimônio cultural brasileiro; a produção, promoção e difusão de bens culturais; a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; a democratização do acesso aos bens culturais; e a valorização da diversidade étnica e regional”. Discurso de Gilberto Gil, SNC, 2003

A institucionalização da cultura para os municípios é fundamental. Embora a maioria dos municípios tenha algum tipo de política de cultura institucionalizada, não tem o caráter nacional que permite uma aplicação de recursos com regularidade.

Política pública que garanta direitos deve ser permanente. Para ser permanente precisa ser previsível. Portanto estabelecida em lei.

A sistematização de um modelo deve partir de uma matriz. Nada mais emblemático que estejam grafadas na Constituição Brasileira. A partir da lei suprema, cabe aos entes federados replicar as leis, adequando-as às realidades regionais, porém partindo de um parâmetro nacional. Assim, permite que políticas públicas de cultura, partindo de premissa básica, possam balizar outras políticas públicas como diz o Ministro Gilberto Gil em agosto de 2003 em Foz do Iguaçu sobre a importância da implementação do Sistema Nacional de Cultura:

“A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I-defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II-produção, promoção e difusão de bens culturais; III-*formação* de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV-democratização do acesso aos bens de cultura; V- valorização da diversidade étnica e regional” Emenda Constitucional nº 48, 2005

Em relação à política municipal, muitas ações estão institucionalizadas. A política de financiamento da cultura e defesa do patrimônio público está organizada e cumpre o papel de fomentar e preservar a cultura da capital. A lei Municipal de Incentivo à Cultura já dura mais de quinze anos e foi criada pela Lei nº 6.498 de 29 de dezembro 2003. Fato esse garantidor da continuidade das ações de fomento da cidade.

A política de preservação da memória da cidade está inserida na Lei Orgânica. Com parâmetro em Legislação Nacional (Lei Federal nº 8.159 /91) tornou-se imperativo as leis estaduais e municipais.

Na capital foi criada a Política Municipal de Arquivos, através da Lei 5899 em 20 de maio de 1991, e posteriormente, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte através da Lei 3900, cumprindo as condições legais para receber recursos do governo federal ou de outras instituições interessadas na política de patrimônio da capital.

É imperativo tratar o projeto Arena da Cultura como uma política pública permanente de fato. Portanto, é importante estabelecer uma ampla discussão do projeto com a sociedade, submetê-lo à apreciação do Legislativo Municipal, para que, tornando-se lei possa balizar o projeto com proposta e diretriz continuada.

“No passado, a área cultural conheceu os chamados conselhos de notáveis, superados hoje pela presença de novos atores sociais, numa etapa do desenvolvimento social brasileiro em que as elites já não podem arrogar-se o monopólio da gestão pública da cultura. Por outro lado, as novas demandas por participação popular direta na administração exigem uma configuração dos conselhos de cultura que supere a idéia de um foro de caráter meramente consultivo. A gestão cultural moderna e democrática exige a constituição de conselhos paritários e com possibilidades de uma atuação mais propositiva, que se reúnam de maneira regular e que também promovam foros de maior amplitude, como plenárias e conferências, as quais podem fornecer subsídios e prover orientação para o trabalho dos conselheiros.” Texto do MinC FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL¹⁶

Outro fator importante é recurso financeiro. É necessário que determinados recursos sejam previstos nos orçamentos federal, estadual e municipal para garantir um desenvolvimento constante da cultura.

Se os recursos são públicos é importante a participação da sociedade civil na fiscalização das ações do Estado para fins específicos da cultura.

“Do ponto de vista do Estado, impõe-se a tarefa de concatenar os esforços empreendidos nos níveis nacional, estadual e municipal na constituição de uma rede hierarquizada de serviços, com especificação de competências e distribuição de recursos. O MinC e seus órgãos subordinados, bem como o aparato estadual e municipal destinado à cultura, deixam a partir desta perspectiva de atuar de maneira fragmentada para constituírem uma rede sistêmica, voltada a uma atuação conjunta e pactuada” Texto: Fortalecimento das Instituições. MinC

¹⁶ Textos disponibilizados em arquivos PDF durante o Seminário de Cultura realizado em Caeté-MG nos dias 09 e 10 de setembro de 2009 pelo Ministério da Cultura.

8.2.1 – Criação de Indicadores Culturais

“Um Indicador Social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito abstrato, e de interesse teórico da pesquisa (para pesquisa acadêmica) e pragmático (para formulação de políticas). (JANNUZZI, 2001, p. 15)

Os indicadores são instrumentos que permitem o acompanhamento dos objetivos formulados. Expressando de forma qualitativa e quantitativa, através de números, descrições de processos, de produções demonstram de forma objetiva os resultados projetados.

É preciso criar indicadores nacionais que possam abarcar vários itens como educação, acesso a equipamentos culturais, escolaridade, renda, etnia, idade, etc., que possibilitem um retrato dos municípios no que se refere à cultura. É fundamental a interatividade das informações. Para os municípios, é de grande valia tais informações, pois permitem um planejamento a curto, médio e longo prazos.

O Projeto precisa de um acompanhamento sistemático para que eventuais desvios possam ser corrigidos.

A criação de informações culturais é muito importante para a efetivação de políticas públicas de Cultura. Porém, pode se tornar inócua, se as informações não se comunicarem ou interagirem com outros setores: econômico, social, turismo etc.

“Não bastam mais os bancos de dados particularizados e estanques desprovidos de interatividade e comunicatividade com outros sistemas informacionais. Hoje, para se conduzir as políticas culturais no País, há que se contar, de forma sistemática e programada, com a produção de dados e informações, como também dispor de sistemas interativos que tenham capacidades técnicas de mútua comunicabilidade” Sistema Nacional de Indicadores Culturais. Minc

Na atual conjuntura não se justifica a gestão de um projeto sem monitoramento e avaliação constante, como já foi explicitado no diagnóstico.

8.2.2 – Criação de Escola de Arte

Uma das características inovadoras do projeto Arena da Cultura é a diversidade das pessoas que participam. Para atender o desejo e o tempo de aprendizagem de cada um, foi preciso estruturar uma metodologia que atendesse os interesses dos alunos, mas que estivesse em consonância com as diretrizes da FMC.

A metodologia do projeto é focada na participação e na compreensão da diversidade de cada um. A universalização do acesso é o ponto fundamental. Todos que quiserem podem participar do projeto, desde que atendam os requisitos básicos: assiduidade, compromissos com o projeto, participação efetiva nas ações propostas pela Coordenação do Projeto.

Considerando que o projeto não é uma escola de artes, uma questão crucial tem sido: como garantir certificação para um aluno que cumpriu todos os módulos num período de quatro anos?

Para responder essa questão e para garantir continuidade ao projeto, a instituição precisa dar um salto: a criação de uma escola concebida para o ensino de arte. Com a implantação de uma instituição voltada para formação, difusão no setor cultura, pode ser o caminho para parcerias com outras secretarias e outras entidades que têm como campo de atuação a área cultura, educacional.

Escola pressupõe continuidade, ação duradoura. A instituição, a partir do momento que institucionaliza o projeto num formato de escola, possibilita aos interessados construir um horizonte de estudo, sabendo como, onde e quando concluirão o curso.

8.3 – DE PROJETO PARA PROGRAMA ARENA DA CULTURA

8.3.1 – Conceituando projeto e programa

Um projeto social é a unidade mínima de alocação de recursos que, através de um conjunto integrado de atividades pretende transformar uma parcela da realidade, reduzindo ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema.

Um programa social é um conjunto de projetos que têm os mesmos objetivos. A política social é um conjunto de programas que visam aos mesmos objetivos. Nesta perspectiva, a política se traduz operacionalmente em programas e projetos que a concretizam mediante a alocação de recursos para a implementação destes.

Considerando a amplitude e a importância do Projeto Arena da Cultura para a cidade e visando melhorar sua gestão, garantindo sua continuidade com qualidade, ele deve ser transformado em Programa Arena da Cultura.

Este programa poderá agregar, a princípio, três projetos: Projeto de Formação, que cuidaria das Oficinas Artísticas, outro Projeto de Difusão que cuidaria da circulação dos espetáculos, das Mostras e intercâmbios com outras regiões e, o Projeto de Gestão Cultural que se responsabilizaria pela gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, cuidando também da formação e capacitação profissional dos professores, técnicos e funcionários.

8.3.2 – Refletindo sobre algumas questões

O Projeto Arena da Cultura padece de algumas indefinições no que se refere à formação. Pretende-se qualificar os grupos culturais. Estes grupos podem pretender entrar no mercado. Ao entrar no mercado terão vantagens adquiridas em relação aos grupos amadores. Neste sentido, o poder público deve estar de portas abertas para todos que quiserem ter acesso aos bens culturais. Portanto, critérios e normas devem ser discutidos e estabelecidos.

Ao ser transformado em programa deve-se refletir e deliberar sobre as seguintes questões:

- Qual a formação a ser alcançada? Ela deve ter como foco: a arte ou o mercado? Ou seria possível buscar uma relação dialógica entre essas duas possibilidades, sem se abrir mão de princípios da gestão pública democrática?
- Como garantir uma efetiva formação de Agentes Culturais, com qualidade para um mercado extremamente exigente, sem ter, dentro dos quadros da Fundação Municipal de Cultura agentes públicos

especializados para coordenar e implementar ações específicas para área de formação?

- o público alvo – será focalizado ou mais amplo? Caso se opte por um público maior, haverá recurso disponível? Como buscar parcerias? Do contrário, em se continuando apenas com recursos municipais, qual será o recorte para se selecionar o público: idade, território, renda.

Se a instituição estiver propensa a formar agentes culturais e artistas para o mercado, o ideal é parceria com alguma instituição pública ou privada especializada na função. A competição do mercado exige aperfeiçoamento constante, além de colocar em prática o aprendizado teórico. A participação das indústrias culturais na absorção de agentes culturais, grupos artísticos e demais profissionais do setor, requer uma instituição pública ágil e os resultados serão, sem dúvida, a quantidade de profissionais formados pelo programa inseridos no mercado.

Cabe à instituição pública manter o diálogo com a sociedade civil, e através de trocas de saberes, criarem política pública com objetivos claramente definidos, que implicará em projetos mais consistentes e eficazes na produção de cultural, conforme escrito no documento Agenda 21:

“As políticas culturais devem encontrar um ponto de equilíbrio entre interesse público e privado, vocação pública e institucionalização da cultura. Uma excessiva institucionalização, ou prevalência excessiva do mercado como único distribuidor de recursos naturais, comporta riscos e levanta obstáculos ao desenvolvimento dos sistemas culturais. A iniciativa autônoma dos cidadãos, individualmente ou reunidos em entidades e movimentos sociais, é a base da liberdade cultural.”

9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Muitas das perguntas e reflexões aqui expostas terão respostas ou ressonância ao longo do processo.

A descontinuidade de ações culturais prejudica a diretriz política de uma instituição e de uma localidade. A perda de investimento em equipamentos, de profissionais experientes é muito grande. O início da nova administração, em 2009 e a crise mundial sem precedentes, praticamente paralisou a maior parte das atividades da Fundação Municipal de Cultura. O Teatro Francisco Nunes fechou para reforma. O Teatro Marília é a opção para as atividades de teatro, dança, música e outras formas de espetáculos da Fundação Municipal de Cultura, no entanto é pequeno para comportar a demanda da cidade.

A falta de uma diretriz, de uma política de Estado para cultura, deixa a gestão cultural da cidade sem rumo. A nova gestão municipal está em processo de implantação de um modelo de *“gestão estratégica, com uma permanente avaliação dos resultados das políticas, dos programas e dos projetos em andamento”*. Isto requer dos gestores a readequação dos programas e projetos.

Porém, toda mudança gera incerteza, perda de referência e, principalmente, perda de poder. Esta última é, sem dúvida, o grande desafio de instituições como a Fundação Municipal de Cultura. É preciso construir rede de poder com a sociedade civil, estabelecer uma agenda política com a Câmara Municipal para que assuntos de interesses da cultura possam ser pautados na “ordem do dia” e principalmente as parcerias com governos estadual e federal.

Com 0,8% do orçamento do Município, praticamente a mesma proporção dos últimos cinco anos, a Fundação Municipal de Cultura necessita diversificar a fonte de financiamento. Comparando com o orçamento de 2005, 0,81%, praticamente impede o crescimento das ações da Instituição. Apesar de tudo, a política de descentralização continua a todo vapor no que se refere à infra-estrutura. Hoje existe uma rede de dezesseis Centros Culturais que podem ser parceiros do projeto Arena da Cultura. A chegada destes novos equipamentos aumenta o custeio da máquina administrativa, amplia a demanda da comunidade por serviços de cultura, que implica na necessidade de busca de parcerias, de respaldo legal, político e institucional para manter a continuidade do projeto..

A artista plástica, Adriana Varejão, diz em entrevista ao Jornal Estado de Minas de 22 de Nov. 2009 “Acho lamentável se toda essa bagagem que o Museu da Pampulha

adquiriu neste período começar a ir por água abaixo.” Ela repercute outra fala da ex-diretora do Museu, Priscila Freire que sentenciou: “Culturalmente, BH está parada... Todos os programas de repercussão pararam”.

O projeto Arena da Cultura também parou. O fim do contrato de gestão com a FUNDEP lançou muita incerteza sobre a continuidade do projeto. A presidente da Fundação Municipal de Cultura, Taís Pimentel diz:

“Estamos fechando o primeiro ano de governo, lidando com questões de ajustes. Vivemos um ano de crise que bateu forte. Passamos os últimos meses repensando como as coisas aconteciam”

“Nenhum dos programas essenciais no município, foi extinto”

“Estamos lidando com os mesmos móveis, só os agentes são novos, o que sinaliza perspectiva boa para o próximo ano”

Por que Parou? **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 22 dez. 2009. Cultura, p. 5

O projeto Arena da Cultura, que defendo seja transformado em programa, também terá o desafio de se readequar ao novo modelo de gestão estratégica, com foco nos resultados, para não ser extinto. Com a implantação do programa BH Metas e Resultados torna-se imperativo rever toda a cadeia produtiva da Fundação Municipal de Cultura. *Implantar um programa com metas definidas e resultados possíveis de serem alcançados. “A tarefa não é fácil: exige um comprometimento de todos: dos alunos, dos professores, dos profissionais da Fundação Municipal de Cultura, do governo, da sociedade organizada e da população em geral”.*¹⁷

Um projeto, como o Arena da Cultura, embora sendo uma pequena célula neste emaranhado de ações culturais, é uma oportunidade para que Belo Horizonte possa contribuir para melhorar a estatística do acesso à cultura no Brasil, oferecendo a população da capital possibilidade de se educar para arte e colocar a cultura como um “bem” natural do ser humano.

Outro grande desafio da FMC é implantar, efetivamente, uma política cultural que envolva realmente a cidade. Um aspecto importante é capacitar funcionários do quadro efetivo, para que, mesmo com mudança de governo, possa se garantir uma continuidade das políticas implantadas, ou a implantar.

¹⁷ Mensagem do prefeito Márcio Lacerda lançando em 26 de agosto de 2009 o Planejamento Estratégico de Belo Horizonte 2030 – A Cidade que Queremos.

A descentralização das políticas públicas culturais deve ser efetivada em comum acordo com os gestores regionais. O processo de construção e consolidação de projetos como Arena da Cultura, FIT, FAN, FIQ, que, do ponto de vista da difusão, capacitação e inclusão, são fundamentais.

No entanto, várias pessoas envolvidas e eu consideramos que aquilo que as regionais têm para contribuir está sendo muito pouco aproveitado pelos organizadores, curadores e coordenadores de projetos. É necessário criar uma estrutura mínima da cultura em cada regional. A "nova estrutura" deve estar vinculada à FMC, de acordo com o decreto 12.021 que diz;

Art. 4º - A Fundação tem por finalidade planejar e executar a política cultural do Município com atividades que visem ao desenvolvimento cultural.

(...)

V - promover, conjuntamente com as Secretarias de Administração Regional, manifestações culturais organizadas pela população dos bairros ou de interesse desta;

VI - implantar a política municipal de arquivos, mediante o recolhimento e catalogação de documentos produzidos e recebidos pela Administração Pública no âmbito do Poder Executivo, bem como estabelecer normas, gerir, conservar e organizar os arquivos públicos municipais, de modo a facilitar o seu acesso ao público interessado.

Decreto 12021 (Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte)

Tendo-se em vista a suma importância de uma política pública cultural para a cidade, precisamos levar em conta a realidade de cada regional. Belo Horizonte, por ter apenas 112 anos, necessita conhecer e buscar as diferentes raízes culturais que compõem as especificidades de cada região. É necessário fortalecer, ou provocar as descobertas das identidades regionais, construindo a memória de suas edificações, das migrações e imigração de suas comunidades, assim como as tradições das culturas herdadas dos povos afro-brasileiro, indígenas e de outras partes do mundo.

Parece-me que para vencer o desafio da diminuição das desigualdades culturais, sociais e econômicas, muitas conquistas precisam ser feitas e várias ações devem ganhar prioridade na agenda pública com perspectiva de inverter prioridades. No entanto, sabe-se que o desafio maior, principalmente para os governos locais, segundo Cohn (1998) é trabalhar de modo a associar o tema da superação da pobreza a medidas de caráter redistributivo de transferência direta ou indireta de renda, por meio de políticas sociais que não sejam meramente compensatórias. De modo que a formulação e implantação de

programas e projetos estejam voltadas para a superação da dependência da população em relação ao próprio Estado, por meio de um conjunto de políticas redistributivas e descentralizadas, realizando a vigilância sócioassistencial.

Creio ter lançado algumas questões e também algumas propostas que possam ser refletidas e viabilizadas na melhoria da gestão do projeto, ou melhor, programa. Este diagnóstico não tem a pretensão de esgotar o tema, pois, como já citei, há diversos fatores que podem interferir na gestão de um projeto como a crise econômica que eclodiu nos Estados Unidos¹⁸ assolou o mundo em 2008, causando enormes prejuízos aos países emergentes, inclusive ao Brasil, prejudicando Estados, Municípios com queda substantiva de receitas financeiras.

Projetos como o Arena da Cultura podem ser beneficiados com implantação do Sistema Nacional de Cultura¹⁹. A partir da criação de um marco legal fundamentado

¹⁸ Crise econômica mundial que estourou nos EUA em 2008 teve como causa o “Boom” imobiliário. Com juro baixo e crédito a vontade os imóveis tiveram grande valorização. Muitos americanos hipotecaram suas casas captando empréstimo bancário, com juros de 1% ao ano, segundo a Folha de São Paulo, a menor taxa desde dos anos 50. Revestindo em imóveis e em consumo interno financiado aumentou o consumo. Com o aumento da inflação americana houve aumento dos juros, os preços dos imóveis caíram e aumentaram os custos para quem fez financiamento através de hipoteca que por sua vez, perdeu valor. Com milhões de títulos bancários com baixo valor, vários bancos fora à falência, obrigando a intervenção do governo para evitar um mal maior. Como maior importador do mundo, os norte-americanos puseram o pé no freio e a economia mundial entrou em colapso. No Brasil houve grande redução de exportação que diminui a receita de estados e municípios. (Texto tendo com base a Folha Online: “Entenda a crise que atinge a Economia EUA” com acesso em 14 de janeiro no site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u450226.shtml>)

¹⁹ O Sistema Nacional de Cultura, de acordo com a definição de Edgar Amorim, “... é um conjunto de partes interligadas que interagem entre si. O sistema é sempre maior – ou menor – que a soma de suas partes, pois tem qualidades que não se encontram nos elementos concebidos de forma isolada”.

nos princípios²⁰ básicos do SNC que institucionalize nacionalmente as ações de cultura, aliada às mudanças acima, as propostas podem auxiliar aos governos municipais a organizar as políticas públicas de forma tal, que “programas” como o Arena da Cultura tenham continuidade e se estabeleçam como política de Estado, permanente, mesmo com a alternância de governo.

²⁰ Princípios do Sistema Nacional de Cultura: **diversidade** das expressões culturais; **universalização** do acesso aos bens culturais; **fomento** à produção, difusão e circulação de conhecimentos e bens culturais; **cooperação** entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; **integração** e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; **complementaridade** nos papéis dos agentes culturais; **transversalidade** das políticas culturais; **autonomia** dos entes federados e das instituições da sociedade civil; **transparência** e compartilhamento das informações; **democratização** dos processos decisórios com participação e controle social; **descentralização** articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações. (Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC) pg. 16.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 da Cultura. Barcelona: Cidades e Governos Locais Unidos, 2006. Disponível em www.agenda21culture.net

AVELAR, Rômulo. **O Averso da Cena**: notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008

ABRUCIO, Fernando Luiz. **“Para Além da Descentralização: os desafios da Coordenação Federativa no Brasil”**.

BARROS, José Márcio. **Diversidade e desenvolvimento humano**. Belo Horizonte: PUC Mibas, 2006

BOTELHO, I. **As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas**. – Pensar e Agir com Cultura – Cultura, Diversidade e Desenvolvimento. (29-43).

BRASIL, **Constituição** (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado – www.senado.gov.br

COHN, Maria Amélia. **Os governos municipais e as políticas sociais**. In: SOARES, J.A & CACCIA-BAVA, Sílvio. (org.) Os desafios da Gestão Municipal democrática. São Paulo: Cortez, 1998, p.143-192.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Subprojeto “Novas formas de provisão e de gestão de serviços públicos”**. Relatório Final. IN: DURAND, Maria Rita Loureiro (Coord.). Gestão do setor público no Brasil em contexto de reforma do Estado. Relatório Final. São Paulo, FGV/CNPQ, 1997.

CARNEIRO, Carla Bronzo. DINIZ, Bruno Lazzarotti (orgs) **“Processos de exclusão e políticas de inclusão social: algumas reflexões conceituais”**, em **“Gestão Social: O que há de novo?”**, volume I, Carla Bronzo Carneiro e Diniz (orgs), Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro.

INOJOSA, ROSE Marie. **Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional**. RAP, Rio de Janeiro 32(2) 35-48. Mar/Abr. 1998

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**. Campinas: Alínea. 2001, P.141

MENICUCCI, Telma M. G. **Intersetorialidade; o desafio atual para as políticas sociais**. Pensar BH – Política Social. PBH: Edição temática, n. 3, maio/junho de 2002.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA Alfredo & ALMEIDA, Elimar Pinheiro de (Org). **Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 1969, p.21-34.

PAZ, Rosângela Dias. **O Código de Ética: reafirmar a função pública de conselheiros**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, v.27, n. 85, p. 117-122, Nov.2006.

ROSA, Júnia Santa. “**Reforma Administrativa da PBH: princípios e condicionantes da descentralização intramunicipal**”. PBH/Scomps, N.0

Reis, Sérgio Rodrigo. **Por que Parou?** Estado de Minas, Belo Horizonte, 22 dez. 2009. Cultura, p. 5

SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações: o desafio das formas de gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

VIEZZER, Moema (Coord). **Conceitos básicos e processo de planejamento. In; Relações de Gênero no Ciclo de Projetos**. São Paulo: Rede Mulher de Educação; GTZ, 1996. pp 105/115

VIEZZER, Moema (Coord). **Ciclo de Projetos. In; Relações de Gênero no Ciclo de Projetos**. São Paulo: Rede Mulher de Educação; GTZ, 1996. PP 61-74.

VELOSO, Adriana – **Viva e Compartilhada**. Cultura Digital, 18 abr 2008.
<http://blogs.cultura.gov.br/culturadigital/2008/06/18/viva-e-compartilhada/> Acesso em 13 abr 2009.

BELO HORIZONTE, Lei 8.146 de 29 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências.

Pensar BH/Política Social, edição temática n.9 março/maio de 2004. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Coordenação de Política Social. 2004 – Trimestral.

Pensar BH/Política Social, edição temática n.9 março/maio de 2004. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/Secretaria Municipal de Coordenação de Política Social. 2004 – Trimestral.

Pensar BH Política Social edição nº 21 novembro de 2008. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

BELO HORIZONTE. Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, Art. 22, 22 mar. 1990. Acesso em 03 de setembro: http://www.dhnet.org.br/direitos/municipais/a_pdf/lei_organica_mg_belo_horizonte.pdf

ANEXOS

Anexo – 1

Segue abaixo a proposta da Prefeitura de Horizonte, modificando a forma de gestão através de Projetos Sustentadores. Observa-se que não inclui o projeto Arena da Cultura como sustentador. Do ponto de vista político, dá-se a leitura de que o projeto precisa adaptar-se ao novo modelo de gestão. Caso contrário, continuará com suas ações incertas e descontínuas.

Obs: o Texto abaixo foi retirado do Cd – Planejamento Estratégico de Belo Horizonte 2030 – A CIDADE QUE QUEREMOS disponível no site www.pbh.gov.br/

“Alcance Estratégico

A cultura pode ser um caminho para a transformação de uma sociedade, através da inclusão social, da geração de oportunidades de trabalho e negócios e do fortalecimento da identidade dos cidadãos com sua cidade. Assim, promover a vitalidade cultural de Belo Horizonte e dos fatores de pertencimento que fortalecem a identificação dos belo-horizontinos com ela é uma importante Estratégia de Desenvolvimento da cidade. Para apoiar uma revitalização cultural, é preciso fomentar as oportunidades de criação e produção cultural. Nesse sentido, o grande desafio de médio prazo é a necessidade de se repensar a dimensão cultural de Belo Horizonte, criando condições favoráveis ao desenvolvimento dessas atividades.

Projeto Sustentador 39. Rede BH Cultural

Público-alvo

Produtores culturais, gestores culturais, artistas, técnicos, pesquisadores, trabalhadores das áreas da arte e cultura, estudantes das áreas da arte e cultura, investidores de arte e cultura, instituições públicas e privadas de arte e cultura, entidades do terceiro setor de arte e cultura, funcionários da PMBH, gestores públicos e população

em geral.

Objetivo geral

Apoiar a organização do setor cultural de Belo Horizonte, formular e implementar uma política pública para a consolidação de uma rede qualificada e articulada de produtos e serviços e uma agenda setorial de arte e cultura.

Resultados

- Aumento de 10% da frequência de público em espaços da Fundação Municipal de Cultura, passando de 845 mil para 1,1 milhão pessoas, até 2012.
- 67 bibliotecas qualificadas, sendo 21 da rede pública municipal (FMC) e 46 comunitárias, até 2012.
- Teatro Francisco Nunes reformado até julho/2011.
- Novo anfiteatro no Parque Municipal implantado até 2012.
- 3 produções cinematográficas de longas-metragens realizadas em Belo Horizonte até 2012.
- 32 unidades culturais da Fundação Municipal de Cultura qualificadas até 2012.
- Novo Arquivo Público Municipal até 2012.

Órgão Responsável

Fundação Municipal de Cultura”.

Anexo 2

A Fundação Municipal Cultura - Estrutura

A Secretaria Municipal de Cultura até final de dezembro de 2004 e depois a Fundação Municipal de Cultura, instituída em Lei nº 9011 de janeiro de 2005. Na criação da Lei foi instituída a seguinte estrutura gerencial: Conselho Curador, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva.

O Conselho Curador é composto por 11 integrantes - representando a sociedade - e respectivos suplentes, ligados a diversos os segmentos culturais como as artes cênicas, artes visuais, artes plásticas, literatura e música. O Conselho opina sobre a elaboração e execução de projetos culturais para a cidade, acompanha a administração da Fundação e delibera sobre a contratação de empréstimos e financiamentos.

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e respectivos suplentes, escolhidos pelo Prefeito, para mandato de dois anos.

A Diretoria Executiva da Fundação Municipal de Cultura é composta por um presidente, nomeado pelo Prefeito, a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Curador, e por três diretores: de Planejamento e Projetos Culturais, de Ação Cultural e Administrativo Financeiro. Cabe à Diretoria Executiva planejar a política cultural do Município.

Equipamentos Culturais.

A Fundação possui uma rede de equipamentos culturais espalhados pela cidade com a função de descentralizar as ações culturais:

- Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
- Bibliotecas.
 1. Bibliotecas Pública Infantil e Juvenil de Belo Horizonte
 2. Biblioteca Regional Bairro das Indústrias
 3. Biblioteca Regional Bairro Renascença
 4. Biblioteca Regional São Cristóvão
 5. Biblioteca Regional Santa Rita de Cássia
- Centros de Cultura
 1. Casa do Baile
 2. Centro de Referência Audiovisual
 3. Centro de Cultura Lagoa do Nado
 4. Centro de Cultura Belo Horizonte
- Centros Culturais.
 1. Centro Cultural Alto Vera Cruz
 2. Centro Cultural Jardim Guanabara
 3. Centro Cultural Liberalino Alves
 4. Centro Cultural Lindéia/Regina
 5. Centro Cultural Pampulha
 6. Centro Cultural Padre Eustáquio

7. Centro Cultural Salgado Filho
8. Centro Cultural São Bernardo
9. Centro Cultural Urucuia
10. Centro Cultural Venda Nova
11. Centro Cultural Vila Fátima
12. Centro Cultural Vila Marçola
13. Centro Cultural Vila Santa Rita
14. Centro Cultural Zilah Spósito
15. Centro Cultural São Geraldo

Museus.

1. Museu de Arte da Pampulha
2. Museu de Mineralogia Prof. Djalma Guimarães
3. Museu Histórico Abílio Barreto

- Teatros.

1. Teatro Francisco Nunes
2. Teatro Marília.

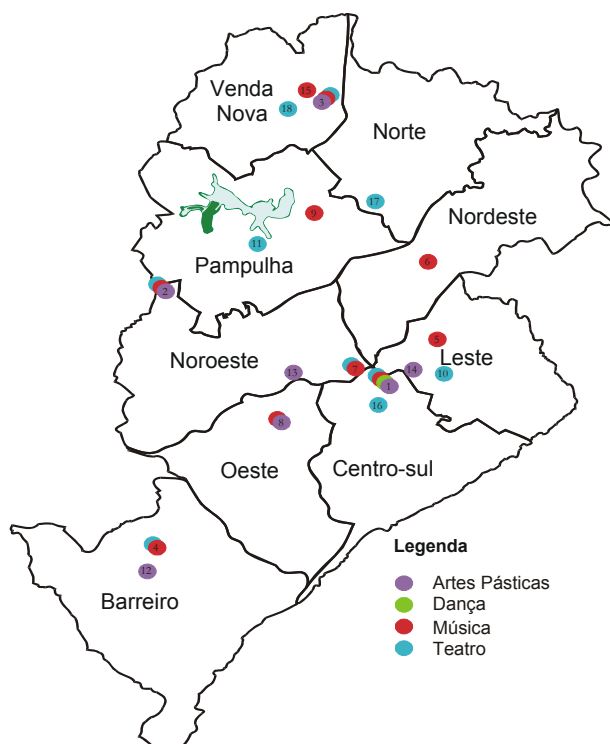
Diretoria de Ação Cultural

A Diretoria de Ação Cultural é composta de três departamentos; Departamento de Intercâmbio e Difusão Cultural, Departamento de Fomento e Capacitação Cultural e Departamento de Programas Intersetoriais.

O Projeto Arena da Cultura está vinculado ao Departamento e Capacitação Cultural, o qual é gerido pela Divisão de Ações Permanentes.

Anexo-

3



Arena da Cultura

Locais onde ocorrem as oficinas

- 1-Núcleo de Formação e Criação Artística
- 2 -Centro de Apoio Comunitário - CAC / Norte
- 3 -Escola Municipal Antônio Gomes Horta
- 4 -Centro de Apoio Comunitário - CAC / Barreiro
- 5 - Escola Municipal Domiciano Vieira
- 6 -Fazendinha - Sede da Regional Nordeste
- 7 -Sede da Regional Noroeste
- 8 -Sede da Regional Oeste
- 9 -Sede da Regional Pampulha
- 10 -Mercado Distrital de Santa Tereza
- 11 -Espaço Cultural da Escola Municipal Dom Orione
- 12 -Associação do Conjunto Antônio Teixeira
- 13 - Escola Municipal Dom Jaime de Barros
- 14 -Sede da Regional Leste
- 15- Sede da Regional SCOMGER - Venda Nova
- 16- Sede da Regional Centro-Sul
- 17-Centro de Saúde São Bernardo
- 18 - Sede da Regional Venda Nova

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura, 2004.
Base Cartográfica: Prodabel, 2003.